

ANA PAULA WENDLING GOMES

**CAPITAL SOCIAL E AÇÃO COLETIVA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA
DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL NO ASSENTAMENTO
PRIMEIRO DE JUNHO - MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2005

ANA PAULA WENDLING GOMES

**CAPITAL SOCIAL E AÇÃO COLETIVA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA
DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL NO ASSENTAMENTO
PRIMEIRO DE JUNHO - MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 11 de Março de 2005.

Roberto Serpa Dias

Karla Maria Damiano Teixeira

Fabio Faria Mendes

José Ambrosio Ferreira Neto
(Conselheiro)

Newton Paulo Bueno
(Orientador)

Dedico este trabalho a todas as pessoas que conheci no assentamento Primeiro de Junho e que me ajudaram na realização da pesquisa.

Também dedico de forma especial ao meu esposo Adriano, por ter sido quem me deu mais apoio e as vitórias que me ajudou a conseguir. A minha filha Thaís que foi o melhor presente que Deus me deu e que tanto amo, pela força e paciência nas horas mais difíceis.

Por último, dedico esta dissertação aos meus pais, Newton e Célia, que através de seus esforços fizeram e sempre farão tudo por mim.

AGRADECIMENTO

A todos os professores e funcionários que compõem o programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFV. Em especial à secretária Graça pela dedicação aos alunos e pela atenção que teve comigo durante todo o tempo do mestrado.

Ao professor e orientador Newton Paulo Bueno, pelo aprendizado ao longo destes dois anos e pela paciência, confiança e consideração.

Agradeço ao amigo e professor Roberto Serpa pelo respeito e apoio ao meu trabalho. À professora France Coelho que de uma forma direta ou indireta contribuiu para minha pesquisa e também pela sua dedicação às famílias do assentamento Primeiro de Junho.

Agradeço também aos professores José Ambrósio Ferreira Neto e José Norberto Muniz, pelas longas conversas e reflexões os quais contribuíram muito para desenvolver a minha pesquisa.

A todos os colegas e amigos que tanto compartilhei momentos de angústia mais também de muitas alegrias e festas.

Por fim, agradeço a UFV e a CAPES pelo apoio financeiro que me proporcionou durante essa jornada.

BIOGRAFIA

ANA PAULA WENDLING GOMES, filha de Newton Wendling e Maria Célia Jannotti Wendling, nasceu em Brasília, Distrito Federal, em 28 de Novembro de 1974.

Em 1997, ingressou no curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, graduando-se em Dezembro de 2000.

Em 2003, iniciou o curso de mestrado em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, finalizando em Março de 2005.

CONTEÚDO

	Página
RESUMO.....	Vii
ABSTRACT.....	Ix
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Considerações Iniciais.....	1
1.2. O Problema e sua Importância.....	5
1.3. Objetivos.....	7
1.3.1 Objetivo Geral.....	7
1.3.2 Objetivos Específicos.....	7
1.4. Estrutura do Trabalho.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1. O Conceito de Capital Social.....	9
2.1.1. Indicadores de Capital Social Comunitário ou Participação Cívica.....	14
2.2. A Nova Economia Institucional.....	22
2.3. Os Dilemas de Ação Coletiva em Grupos Diferenciados: Interpretação Acerca das Idéias de OLSON (1999).....	27

2.4. Assentamentos Rurais e Cooperação.....	30
2.5. Trajetória de Vida das Famílias Assentadas.....	35
3. METODOLOGIA.....	38
3.1. Caracterização da Área de Estudo.....	38
3.2. Modelo Analítico.....	39
3.2.1. Análise de Frequência.....	39
3.2.2. Índice de Capital Social.....	40
3.2.3. Análise Discriminante.....	41
3.3. Fonte de Dados.....	43
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
4.1. A Trajetória das Famílias Durante o Processo de Acampamento... ..	44
4.2. Características das Famílias Assentadas.....	51
4.3. Caracterização dos Grupos Referentes aos Indicadores do Capital Social Comunitário.....	56
4.4. Participação dos Indicadores na Composição do Índice de Capital Social.....	68
4.5. Problemas de Ação Coletiva Detectados no assentamento Rural... ..	74
5. CONCLUSÃO.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
APÊNDICE.....	89

RESUMO

GOMES, Ana Paula Wendling, M.S., Universidade Federal de Viçosa, março de 2005. **Capital social e Ação Coletiva: Um Estudo Sob a Ótica da Nova Economia Institucional no Assentamento Primeiro de Junho - MG.** Orientador: Newton Paulo Bueno. Conselheiros: José Ambrósio Ferreira Neto e Eloy Alves da Silva.

A ação coletiva é capaz de gerar novas possibilidades de integração e transformação econômica e social. Vários estudos têm demonstrado melhorias na qualidade de vida das famílias em consequência de ações coletivas. Um bom nível de capital social pode explicar a presença de cooperação numa comunidade. O capital social constitui-se por um conjunto de características específicas da organização social, tais como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação e cadeias de relações sociais. A existência de capital social permite aos indivíduos a obtenção de recursos ou bens coletivos por meio de transação que envolve reciprocidade, na qual todos se beneficiarão. Porém, frequentemente nas ações coletivas ocorrem entraves que podem comprometer às soluções cooperadas. A literatura da Nova Economia Institucional (NEI) evidencia dois tipos de obstáculos à ação coletiva, os quais foram analisados no presente trabalho. O primeiro obstáculo é a existência de altos custos de transação em comunidades cujas instituições são insuficientes para assegurar a confiança entre os indivíduos. A literatura tem sugerido que a existência de capital social é capaz

de reduzir custos de transação. O segundo obstáculo são os chamados dilemas de ação coletiva. Estes, por resultarem do comportamento racional dos indivíduos não necessariamente são contornados pela existência de capital social. Assim, embora exista capital social em um determinado ambiente, frequentemente ocorre problemas de ação coletiva que envolve bens de caráter público ou comum. Para entender a questão acima, julgou-se necessário identificar empiricamente as relações que envolvem custos de transação, dilemas de ação coletiva e a presença de capital social em dois grupos de famílias que se diferenciam quanto à forma de organização da produção numa comunidade de assentamento rural localizado em Tumiritinga – MG. O resultado da pesquisa permitiu concluir que a existência de capital social é importante para a eficiência de instituições e na minimização dos custos de transação das soluções alcançadas, mas problemas de ações coletivas que envolvem recursos comuns ocorrem independentes da presença de capital social. O grupo coletivo possui um nível ligeiramente maior de capital social em relação ao grupo individual. Porém, esse capital social não está sendo suficiente quando se trata de resolver problemas de ação coletiva.

ABSTRACT

GOMES, Ana Paula Wendling, M.S., Universidade Federal de Viçosa, March of 2005. **Social Capital and Collective Action: A Study Under the Approach of the New Institutional Economy in the First Establishment of June - MG.** Advisor: Newton Paulo Bueno. Committee Members: José Ambrósio Ferreira Neto and Eloy Alves of Silva.

The collective action is a necessary condition to generate new integration possibilities and economical and social Transformation. Several studies have been demonstrating improvements in the quality of life of the families as a consequence of collective actions. A good social capital stock can explain the cooperation presence in a community. The social capital is constituted by a group of specific characteristics of the social organization, such as trust bows, norms, systems, interaction nets and chains of social relationships. The social capital existence allows to the individuals the obtaining of resources or collective goods through transaction that involves reciprocity, in the which all will benefit. However, there can be obstacles to the collective actions which can prevent the society to obtain cooperative solutions. The New Institutional Economy (NEI), literature outlines two types of obstacles to the collective action, which were analyzed in the present work. The first obstacle is the existence of high transaction costs in communities whose institutions are insufficient to assure trust among the individuals. The literature has suggesting that the social capital is

able to reduce transaction costs. The second obstacle is what is named dilemmas of collective action. Those dilemmas, for resulting of the individuals' rational behavior are not overcome necessarily by the social capital existence. That's why problems of collective action that's it involving public goods happen. To understand the subject above, it was necessary to identify empirically the relationships that involve transaction costs, dilemmas of collective action and the social capital presence in two groups of families that differ in the type of organization of production form in a community of located in a rural establishment in Tumiritinga-MG. The result of the research allowed to conclude that the social capital existence is important for the efficiency of institutions and for transaction cost minimization, but problems of collective actions involve common resources occur independent of the social capital presence. The collective group studied had a lightly larger level of capital stock in relation to the individual group. However, that social capital has not being a sufficient condition to overcome problems of collective actions.

I. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações iniciais

Pode-se caracterizar o termo ação coletiva como sendo a união das pessoas que somam esforços para realizar uma determinada tarefa. Estes esforços envolvem várias formas de relações sociais, como, por exemplo, a utilização de mutirões nas construções das casas, a troca de favores nas épocas de colheita, a ajuda no plantio da roça de um companheiro que ficou doente, a comercialização em conjunto para obter melhores preços, a aquisição conjunta de equipamentos e máquinas necessários para produção, entre outras.

Vários grupos, comunidades e organizações rurais recorrem à ação coletiva na tentativa de alcançar soluções que, se cada um agisse individualmente, não seriam passíveis de serem alcançadas, ou só seriam com elevados custos de transação¹. A forma de agir dos indivíduos pode ser decisiva nos resultados sociais e econômicos de uma comunidade. Um bom exemplo é o caso de assentamentos rurais, provenientes da atual política de reforma agrária. A experiência de luta pela terra, objetivando criar não apenas um espaço de

¹ De acordo com BUENO (2004), os custos de transação referem-se aos riscos contratuais existentes nas transações entre os agentes em negociação. Como exemplos de custos de transação incluem: 1) os custos de adquirir e processar informações relativas a contratos referentes a eventos futuros que não podem ser previstos com certeza; 2) os custos de monitorar o desempenho de cada parte contratante no período especificado, por exemplo, os decorrentes da contratação de firmas de auditoria contábil e; 3) os custos organizacionais incorridos pelo comportamento ineficiente das partes contratantes, por exemplo, requerendo a constituição de estoques para eventuais falhas no fluxo de entrega de mercadorias e a necessidade de adquirir insumos por preços superiores aos contratados inicialmente.

sobrevivência, mas também um ambiente de vida e trabalho faz com que os assentamentos se constituam na afirmação de novas identidades e interesses e no surgimento de novas formas organizativas internas.

Ao conquistar a terra, essa luta não termina, constituindo-se apenas na primeira etapa de um novo processo. É preciso continuar lutando por políticas públicas necessárias à qualidade de vida das famílias assentadas, tais como saúde, educação, infra-estrutura, assistência técnica, entre outras. Porém, essas conquistas só poderão ser atingidas quando os membros participantes atuam coletivamente, numa ação integrada que depende não apenas de recursos públicos, mas também das famílias assentadas.

As possibilidades de melhoria crescente e sustentável das condições de vida e de trabalho dos indivíduos assentados estão diretamente relacionadas com sua capacidade de estabelecer relações sociais de cooperação, de forma a potencializar as forças produtivas e os meios de produção disponíveis nos assentamentos. Em outras palavras, pode-se dizer que o coletivo, enquanto forma de cooperação do trabalho, pressupõe uma divisão técnica do trabalho de maneira que uma atividade complemente a outra numa dinâmica de interdependências. Tanto a apropriação da terra como a produção, a comercialização de produtos e de insumos e a repartição do produto do trabalho podem ser melhoradas quando as ações são coletivizadas.

Em síntese, desde o processo de organização da luta pela terra, os assentamentos rurais possuem uma característica que os diferencia de outras comunidades rurais. Durante este processo, muitas famílias lutam coletivamente por um único objetivo, que é a conquista da posse da terra, liderados por instituições que continuarão sendo mediadoras dos trabalhadores rurais assentados.

Pelo fato de estarem agindo coletivamente na conquista da terra, uma vez que as famílias quando acampadas são assentadas, seria natural que continuassem com o espírito de cooperação e solidariedade nas relações sociais entre elas, buscando conquistar outras soluções por meio da ação coletiva. Porém, a manutenção dos laços associativos não se constitui em tarefa fácil. Logo após ter

alcançado o objetivo da posse da terra, muitas pessoas tendem a agir individualmente em algumas situações, e, em outras, não, conforme o interesse de cada um.

Particularmente no assentamento “Primeiro de Junho”, situado no município de Tumiritinga – MG, local onde foi realizado o presente estudo, existem dois grupos que diferem quanto à forma de produção. Em um grupo estão as famílias que optaram pela produção individual, ou seja, todas as etapas do processo produtivo ocorrem de forma isolada dos demais membros do assentamento. Já o outro grupo é constituído por famílias que plantam e comercializam coletivamente, funcionando de forma semelhante a uma cooperativa. Politicamente, ambos os grupos estão amparados pela mesma instituição, que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Porém, economicamente, cada grupo age de forma distinta na organização da produção.

Frequentemente, contudo, ocorrem entraves nas ações coletivas que podem comprometer às soluções cooperativas. A literatura da Nova Economia Institucional (NEI) evidencia dois tipos de obstáculos à ação coletiva, os quais foram analisados no presente trabalho. O primeiro obstáculo é a existência de altos custos de transação em comunidades cujas instituições² são insuficientes para assegurar a confiança entre os indivíduos.

Por exemplo, em comunidades onde o ambiente institucional está funcionando adequadamente os indivíduos se reúnem para ajudar na construção da casa do vizinho porque sabem que no futuro ele fará o mesmo por eles. Dificilmente este vizinho não retribuirá o favor, pois ele sabe que esta reciprocidade está garantida pelas regras estabelecidas entre eles e pela reprovação social aos comportamentos oportunistas³.

² As instituições são regras criadas por meio de negociação entre os agentes para reduzir os riscos contratuais, ou seja, os custos de transação (BUENO, 2004).

³ De acordo com WILLIANSO (1991), a presença de oportunismo é atribuída às relações onde pode haver má-fé entre as partes, decorrente da busca do auto interesse.

A literatura tem sugerido que a existência de um bom nível de capital social⁴ pode aumentar a eficiência das instituições, reduzindo assim os custos de transação. Assim, quanto maior o grau de confiança numa comunidade, menor será o custo de transação para alcançar uma solução.

O segundo obstáculo da ação coletiva são os chamados dilemas de ação coletiva⁵. Estes, por resultarem do comportamento racional dos indivíduos, não necessariamente são contornados pela presença de capital social.

Independentemente do grau de capital social, freqüentemente ocorrem nas comunidades, problemas de utilização de recursos comuns ou bens públicos⁶ de caráter indivisível, os quais se manifestam em situações de dilemas sociais. Neste caso, os indivíduos tendem a agir em não contribuir para a provisão dos bens, uma vez que não poderão ser excluídos de seu consumo, não tendo razão para cooperar, surgindo, então, dilemas de ação coletiva.

Quanto maior o número de pessoas envolvidas, mais difícil será para solucionar problemas de ação coletiva. Em comunidades pequenas, onde o grau de comportamento oportunístico é reduzido, pois há uma forte expectativa de reciprocidade, resultado de vínculos pessoais, há uma maior garantia de que todos irão cooperar para resolver os problemas. Já em comunidades maiores, os indivíduos não têm as mesmas garantias de cooperação entre eles, tendendo a não cooperar, a menos que existam formas de incentivos seletivos⁷ que induzam as pessoas solucionar os dilemas da cooperação.

⁴ Segundo PUTNAM (1996), a eficiência das instituições é condicionada pelo capital social que se constitui por um conjunto de características específicas da organização social, tais como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação e cadeias de relações sociais.

⁵ Segundo BUENO (2004) “*ocorre um dilema social quando os indivíduos devido à presença de externalidades ou de bens públicos deixam de computar os benefícios que suas escolhas criam para os outros, de modo que, ao invés de produzir esses bens, preferirão pegar carona (free ride), aproveitando gratuitamente de sua não exclusão e não rivalidade típica. O resultado é que quando se comportam desse modo eles deixam de contribuir para a provisão dos bens tornando essa produção menor do que poderia ser em condições de máxima eficiência social. Os indivíduos em suma poderiam atingir uma situação onde a disponibilidade de bens e serviços seria maior do que a atual apenas alterando a alocação de trabalho entre a produção de bens privados e públicos; isto é, as escolhas individuais tornam-se inconsistentes com resultados que são socialmente mais eficientes*”.

⁶ De acordo com OLSON (1999), os bens públicos são definidos como bens que apresentam duas propriedades: 1) não rivalidade, no sentido de que seu consumo por um grupo de indivíduos não reduz sua disponibilidade para o consumo de outros e, 2) não excludente significa que os indivíduos não podem ser impedidos de usufruir o bem mesmo que não contribuam para sua provisão.

⁷ Um incentivo seletivo pode ser negativo ou positivo, como exemplos, uma punição imposta para os indivíduos que não ajudam na provisão do bem coletivo ou isenção ou redução de impostos.

Do ponto de vista individual, muitas vezes é mais racional não cooperar, mesmo que todos pudessem se beneficiar da cooperação. Por exemplo, na época em que passamos pelo racionamento de luz no Brasil em função do esgotamento dos reservatórios de água, o governo promoveu uma campanha de racionalização de energia elétrica. No entanto, sabendo do não comprometimento das famílias em economizar foi preciso implantar incentivos seletivos para induzir às famílias na diminuição do consumo de luz. Aquelas famílias que economizavam recebiam um desconto na tarifa, ao passo que quem consumia a mais que o valor combinado em Kw, pagava uma tarifa maior.

Em síntese, não se pode esperar que os dilemas de ação coletiva, principalmente em casos de recursos comuns sejam evitados com um bom estoque de capital social. Contudo, este pode influenciar diretamente na eficiência das regras estabelecidas entre os indivíduos para garantir ou favorecer conquistas entre as partes envolvidas.

1.2. O Problema e sua importância

A ação coletiva é capaz de gerar novas possibilidades de integração e transformação econômica e social. Vários estudos têm demonstrado melhorias na qualidade de vida das famílias em consequência da presença do trabalho coletivo.

Um estudo realizado por Narayan, citado em BUENO (2004), em estabelecimentos rurais na Tanzânia mostrou que, mesmo nas condições de extrema pobreza deste país, as famílias que participavam mais ativamente de organizações coletivas tinham renda mais alta do que as demais. Essas famílias utilizavam práticas agrícolas mais eficientes, já que ao participarem das organizações coletivas recebiam informações que as induziam a utilizar mais insumos modernos e sementes melhoradas, dispunham de melhores informações sobre o mercado e, estavam dispostas a aceitar mais riscos por se sentirem mais protegidas pelas redes de relacionamentos de que participavam.

Segundo ZAMBERLAM (1994), dados levantados em mais de 50 assentamentos localizados no Rio Grande do Sul, onde acontece a cooperação agrícola em pequenos grupos de famílias com a socialização parcial ou total dos meios de produção, estão a sinalizar que essa maneira alternativa de organizar o processo de produção tem reflexos muito além da dimensão econômica. Para tanto, nos assentamentos rurais, a ação coletiva pode ser um elemento chave para melhorar a qualidade de vida das famílias assentadas.

As famílias do assentamento onde foi realizado o presente estudo, por exemplo, quando estavam na fase de acampamento, durante todo o processo de ocupação agiam coletivamente na produção dos alimentos para subsistência, além do propósito de conquista da terra.

Embora todas estas famílias do assentamento Primeiro de Junho tenham recorrido às ações coletivas para facilitar a conquista da terra e, também para sobreviver, tendo para isto uma produção coletiva de subsistência, quando passaram à condição de assentadas deixaram de agir coletivamente. Mesmo fazendo parte da mesma comunidade, passaram a existir famílias que optaram por trabalhar de forma isolada, ou seja, tornaram seu processo produtivo independente dos demais.

Por outro lado, a presença de capital social pode explicar a permanência de um grupo coletivo neste assentamento rural. O grau de capital social está diretamente relacionado com a capacidade de estabelecer as regras nas relações de cooperação. O capital social aumenta à medida que as soluções cooperadas são concretizadas. Do mesmo modo, as práticas colaborativas entre indivíduos estimulam um aumento de capital social.

O capital social permite aos indivíduos a obtenção de recursos ou bens coletivos por meio de transação que envolve reciprocidade, na qual todos se beneficiarão. Assim, maiores benefícios podem ser alcançados à medida que cresce o grau de capital social. Este, por sua vez, reduz os custos de transação, possibilitando conquistas que seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis com um custo de transação mais elevado. Porém, independente do grau de capital social, frequentemente ocorrem dilemas de ação coletiva nas comunidades.

Para entender a questão acima, julgou-se necessário identificar empiricamente as relações que envolvem custos de transação, dilemas de ação coletiva e a presença de capital social numa comunidade. Para isto, foi utilizado como campo de estudo o assentamento Primeiro de Junho. É fundamental compreender essas relações, pois nos darão a base para identificar os mecanismos para assegurar a cooperação.

Parte-se então da hipótese que o capital social favorece a formação de relações sociais nas quais os indivíduos atingem seus objetivos com um menor custo de transação, porém, problemas de ação coletiva podem surgir independentes do nível de capital social em uma comunidade.

Espera-se que o estudo possa ser útil para ajudar a compreender problemas de ação coletiva que se manifestam em situações de interesses sociais, como instalação de projetos de irrigação e de outros programas de investimentos infra-estruturais que envolvam comprometimento das comunidades envolvidas, como também nas comunidades de assentamento rural.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Identificar a relação entre capital social comunitário, ação coletiva e custo de transação no assentamento Primeiro de Junho, localizado em Tumiritinga – MG.

1.3.2. Objetivos Específicos

1. Investigar a trajetória de ocupação de terra das famílias residentes do assentamento Primeiro de Junho;
2. Caracterizar as famílias assentadas de acordo com o sistema de produção;

3. Quantificar e qualificar as variáveis explicativas do capital social, caracterizando os grupos que se diferenciam quanto à forma de organização da produção;
4. Medir o nível de capital social de cada grupo;
5. Identificar a presença de possíveis problemas de ação coletiva no assentamento rural e a percepção dos assentados quanto as atitudes coletivas.

1.4. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo envolve conceitos da Nova Economia Institucional, principalmente a literatura que discute a questão do capital social, bem como a importância do trabalho coletivo em assentamentos rurais, além de discutir sobre a trajetória de vida das famílias assentadas podendo esta influenciar na intensidade dos indicadores do capital social.

No terceiro capítulo trata-se dos procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise dos dados. O quarto capítulo apresenta e discute os resultados. Por último, é apresentada a conclusão deste trabalho.

II. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Conceito de Capital Social

Atualmente, a Nova Economia Institucional tem ressaltado a relevância de uma maior cooperação entre os indivíduos e grupos como agentes importantes para promover o desenvolvimento sócioeconômico de uma sociedade. A ação coletiva é capaz de gerar novas possibilidades de integração e transformação econômica e social.

Para tanto, é preciso haver relações sociais que tornem possível a ação coletiva. COLEMAN (1990) chama de capital social o conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo de transação mais elevado. Entre os vários tipos de relações sociais geradoras de capital social, encontram-se a existência de grupos e redes formais e informais; as relações de confiança mútua; presença de normas e sanções; relações que envolvem autoridade ou capacidade; as relações que permitem aos indivíduos obterem informações por baixo custo.

Nesta linha de pensamento, o capital social é visto como um argumento adicional na função de produção, juntamente com os outros fatores. Como o capital físico, ele é produtivo (guardando evidentemente suas especificidades), gerando um fluxo de rendimento para os indivíduos ou sociedades que a ele obtêm acesso. COLEMAN (1990) considera que o capital social está sujeito a

uma lógica de acumulação e reprodução, determinada por escolhas racionais dos atores sociais no estabelecimento de estruturas de relações, instrumentalmente associadas à eficácia da ação coletiva. Estruturas que podem ser criadas a partir da confiança mútua entre os indivíduos e que se traduzem na estabilidade das instituições, normas e obrigações recíprocas, garantindo a eficiência do esforço coletivo e a eficácia dos investimentos individuais.

O conceito de capital social como um fator de produção, se tornou empírico e historicamente relevante, no momento em que se deu a ruptura dentro da teoria econômica clássica, que considerava como fatores de produção apenas às variáveis terra, trabalho, capital físico e humano. Nas últimas décadas, o capital social passou a ser incorporado aos modelos que buscam explicar o crescimento e o desenvolvimento econômico, tornando-se um objeto de estudo na comunidade científica. Porém existem ainda várias reflexões em relação ao conceito no que tange às suas implicações no desenvolvimento socioeconômico.

O aspecto recente do tema está relacionado à própria evolução da teoria de crescimento e desenvolvimento econômico, onde novos fatores de produção foram continuamente adicionados, no intuito de explicar as causas do desenvolvimento. Foi assim com o capital humano, a tecnologia endógena e, agora, com o capital social. Embora as idéias que envolvem o conceito sempre tenham estado presentes na literatura econômica como na obra de Adam Smith “The theory of moral sentiments”, também em obras de grandes sociólogos como Durkheim e Parsons.

ARRAES & BARRETO (2002) verificaram as implicações do capital social no desenvolvimento econômico analisando os efeitos de variáveis institucionais e do capital social na elevação do nível do PIB per capita e na promoção do desenvolvimento e concluíram que não são apenas fatores de produção que afetam o desempenho econômico. Os fatores institucionais e as relações sociais de fato importam e passam agora a ser incorporados para explicar o processo de desenvolvimento de uma região. A qualidade institucional afeta não apenas o nível de crescimento de longo prazo, como também indica que o primeiro passo a ser efetivado em uma política de crescimento sustentável dá-

se pela constituição de mecanismos eficazes de forma a garantir uma estrutura institucional capaz de prover os fatores causadores e mantenedores do crescimento de forma contínua.

Constata-se, entretanto, que esses fatores tornaram-se cada vez mais relevantes, gerando maior complexidade no modo de ser das sociedades humanas e exigindo novas formas de organização social para lidar com a materialidade e imaterialidade das relações socioeconômicas, seus impactos e conseqüências. NASCIMENTO (2000) acrescenta que a idéia de capital social (re) configura a noção convencional de capital, à medida que intenciona uma ressocialização da economia e uma (re) politização dos espaços público e privado, ampliando a influência do ator social. O indivíduo não é visto isoladamente, mas em interação, como um construtor de laços de coesão, a partir dos quais facilita as ações coordenadas.

Desse ponto de vista, ainda segundo NASCIMENTO (2000), o capital social constitui-se de características da estrutura social que equivaleriam a um "ativo social" de capital, ou seja, à capacidade coletivamente adquirida de poder mobilizar recursos sociais na ausência de outros recursos normalmente considerados (matéria prima, insumos, capital bancário, capital humano etc.). Nessa formulação, o capital social pode ser adicionado na equação do desenvolvimento, ou seja:

$$D = f(K_e, K_n, K_h, K_s)$$

Em que: D = desenvolvimento, K_e = capital econômico, K_n = capital natural, K_h = capital humano e K_s = capital social.

Nos últimos anos, tem-se verificado um crescimento de estudos enfocando o capital social como mais uma ferramenta teórica para explicar o desenvolvimento econômico e social. Eis a ótica que parece motivar muitas instituições, inclusive o Banco Mundial, a eleger o capital social como tema prioritário de estudos e publicações, como uma evolução da tendência anterior do planejamento participativo que empolgou os consultores e a cooperação multilateral de todo o mundo nas décadas de 70 e 80 (MATOS, 2002).

A abordagem mais conhecida em estudos acerca do capital social, refere-se à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas formais. Essa abordagem foi utilizada por Robert Putnam ao estudar as regiões da Itália, examinando questões fundamentais atinentes à vida cívica. Segundo PUTNAM (1996), o capital social entendido como o estoque de redes de engajamento cívico e de vida associativa nas comunidades, tem sido o elemento determinante para a performance dos governos regionais na Itália e, portanto uma pré-condição para o desenvolvimento efetivo.

A idéia central de PUTNAM (1996) é que a qualidade e eficiência dos governos democráticos dependem fundamentalmente da participação dos cidadãos em associações cívicas e em atividades comunitárias, sendo estas últimas o resultado de um longo processo de amadurecimento dos laços de confiança, das regras de reciprocidade e da disponibilidade para a cooperação por parte dos indivíduos. Estes três elementos são os constituintes do capital social.

“Os sistemas de participação cívica são formas essenciais de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Por outro lado, o capital social, assim como outras relações sociais, multiplica-se com o uso e mingua com o desuso. (PUTNAM, 1996, p. 183)”.

O autor argumentou que a carência de capital social no sul da Itália foi responsável por seu atraso relativo. Segundo ele, a sociedade no norte do país apresenta uma tradição cívica, associativa, a qual incentivou a cooperação e a confiança entre os agentes. O mesmo não ocorreu com o sul no qual a estrutura social mais hierárquica e não-participativa restringiu a acumulação de capital social e, portanto, o desenvolvimento econômico.

WOOLCOCK (1998), dentro da teoria econômica, vem situar o debate

sobre Capital Social, dando mais objetividade à reflexão de noções que envolvem o conceito. De acordo com esse autor são três os tipos de capital social que se diferenciam conforme a posição das relações sociais, a saber: capital social institucional, capital social extra-comunitário e capital social comunitário. O capital social institucional é o que descreve as relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado. Neste caso se enquadra a integração dos diferentes órgãos de governo com a sociedade na realização de ações conjuntas. O capital social extra-comunitário refere-se às relações sociais geradoras de capital que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos. Este tipo de capital social é importante porque permite que os indivíduos estabeleçam relações sociais de trocas (relações de mercado) e o acesso às informações (conhecimento) externas. O capital social comunitário é aquele que corresponde às relações sociais comunitárias dos indivíduos. Refere-se à capacidade que estes possuem para gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança dentro de suas comunidades, além do potencial organizativo que estas mesmas comunidades possuem.

CANUTO (2002) acrescenta que a presença de normas socialmente reconhecidas, sanções sociais e relações de confiança, são essenciais para que as relações econômicas floresçam além de limites familiares ou de vizinhança (geográfica ou cultural). Há vários indicadores e comportamentos observados pelos quais os economistas têm-se proposto a mensurar o “capital social”. Em todos os casos, encontra-se uma correlação positiva entre este e diversos indicadores de desenvolvimento financeiro (facilidade de crédito, abertura de capital das empresas, direcionamento da poupança familiar para os circuitos financeiros etc.).

Segundo BIALOSKOSKI NETO (2003), o capital social poderá ser mensurado como uma eficácia do coletivo, como um senso de comunidade, ou ainda, como a competência da comunidade. Assim, as características da comunidade e de sua organização, como competência e eficiência econômica, quando comparada aos níveis individuais, podem mensurar a dimensão do capital social em determinado local.

O capital social pode ser considerado a base de uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico nas próximas décadas. Fukuyama, citado em SOUZA FILHO (2002), chega a afirmar que as nações e as regiões mais prósperas em um futuro de livre mercado serão aquelas melhor preparadas para formar cidadãos dispostos a trabalhar coletivamente e organizadas para promover associações voluntárias entre suas instituições.

NASCIMENTO (2000) acrescenta que a formação do conceito de Capital Social é, na verdade, uma síntese de várias contribuições, nas quais informa-se que:

- É possível promover trajetórias socioeconômicas diversas a partir da observação prática das mudanças institucionais que se processam em regiões onde predominam laços humanos tão horizontais;
- É possível gerar oportunidades de desenvolvimento, escala de participação organizada e sustentabilidade dinâmica do território a partir de redes sociais de negociação;
- É possível um maior compartilhamento entre investimento econômico e social, pensando a política econômica e a política social de forma conjunta;
- É possível redesenhar o espaço público a partir da negociação entre múltiplos interesses em sociedades democráticas; e
- É possível construir uma percepção de que desigualdades devem ser combatidas a partir de projetos alternativos, dando suporte e vitalidade às iniciativas locais de desenvolvimento.

2.1.1. Indicadores de Capital Social Comunitário ou Participação Cívica

Este estudo trabalhou com a formulação dos indicadores de capital social proposta por autores como Woolcock pertencente ao grupo temático sobre capital social do Banco Mundial e, as idéias propostas por PUTNAM (1996), para a análise empírica dos resultados, ainda que as pesquisas feitas pelos demais autores venham contribuindo para a compreensão do conceito de capital social.

O Banco Mundial aborda quatro categorias de capital social: capital social como atributo individual que envolve a capacidade cooperativa, confiança, tolerância para solucionar problemas dos agentes envolvidos; capital social como associações e normas cooperativas que impliquem em benefícios para a comunidade; capital social como rede de conexões e capital social como ambiente institucional (GROOTAERT et al., 2003).

De acordo com WOOLCOCK (1998), o capital social como atributo individual e, como associações e normas cooperativas se referem ao capital social comunitário⁸, pois ocorrem nas relações sociais comunitárias entre os indivíduos. Para PUTNAM (1996), o envolvimento dos indivíduos nas dimensões ou indicadores considerados por Woolcock como capital social comunitário permite mapear a participação cívica ou o estado de saúde cívico⁹ de uma comunidade.

Segundo PUTNAM (1996), os sistemas de participação cívica são formas essenciais de capital social, e quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício coletivo. Assim, os sistemas participativos exercem esse efeito virtuoso por quatro razões: (1) aumentam os custos potenciais ao sujeito transgressor em qualquer transação em que o indivíduo está envolvido, uma vez que, o comportamento oportunista colocará em risco os benefícios que ele espera obter; (2) promovem sólidas regras de reciprocidade; (3) facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos e (4) corporificam o êxito em colaborações anteriores, criando assim um modelo culturalmente definido para futuras colaborações.

⁸ O presente trabalho teve como objetivo estudar o capital social comunitário, uma vez que pela limitação de tempo, foi inviável analisar de maneira complexa os demais tipos de capital social proposto por WOOLCOCK. Contudo, durante o estudo em campo, realizou-se por uma investigação mais superficial sobre o capital social institucional e o extra-comunitário. Vale ressaltar que existem ainda poucos trabalhos que analisam o capital social comunitário, lembrando também que quase todas das variáveis que representam esse capital social são de caráter subjetivo.

⁹ Termo utilizado por PUTNAM como sinônimo de estoque de capital social

Participação em Associações

Como medida do capital social, a presença de associações é a categoria usualmente mais utilizada por pesquisadores para medir o grau de capital social de um determinado local ou sociedade. Talvez pelo fato de ser o indicador de capital social mais fácil de ser mensurado. De acordo com o Banco Mundial, a participação em associações e redes pode ser definida por um indicador “de entrada” de capital social, uma vez que as associações e redes são meios através dos quais o capital social pode ser acumulado (GROOTAERT et al., 2003).

Um aspecto importante que constitui o capital social tanto nas relações formais, registradas por escrito em leis, portarias, estatutos, ou em contratos como as relações informais, tacitamente reconhecidas, é que quando os indivíduos se associam para atingir objetivos comuns, desenvolvem relações de confiança mútua no seu trabalho em busca dos objetivos da associação. As relações de confiança, ou seja, o capital social gerado como subproduto da ação organizada poderá eventualmente vir a ser utilizado pelos atores sociais envolvidos com outros objetivos que estejam para além dos fins da organização. Então, percebe-se que, o capital social não se desgasta com o uso, pelo contrário, as relações sociais que o constituem tornam-se mais abundante quando são continuamente ativadas (COLEMAN, 1990).

Para PUTNAM (1996), as associações contribuem para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas, introduzindo hábitos e o espírito de cooperação e solidariedade na sociedade, gerando assim, condições propícias para o desenvolvimento local. A condição para isso é que as associações tenham um formato horizontal, e não vertical. Entende-se por associações horizontais aquelas que dão origem às cooperativas, clubes, sociedades de assistência mútua, associações culturais, sindicatos, enfim, organizações desprovidas de hierarquia e regras rígidas que visam o bem-estar social. A vantagem das associações horizontais, em relação às verticais, é que as primeiras criam redes de solidariedade e desenvolvem relações de reciprocidade, facilitando a cooperação espontânea, criando assim, barreiras ao clientelismo e ao

comportamento oportunista, responsáveis por relações assimétricas e limitadas de reciprocidade e cooperação.

A eficácia das associações depende de vários fatores os quais refletem as suas estruturas e o modo como funcionam suas associatividades. Quanto maior for o grau de participação nas decisões das pessoas nas associações, maior a chance de cooperação e de benefícios mútuos; as associações democráticas de tomada de decisões são mais eficazes; a presença de sinergia entre associações favorece acesso a recursos, especialmente fora da comunidade.

Indicador de Confiança

O principal aspecto do capital social é a confiança, construída socialmente por meio de interações contínuas entre os indivíduos e que deve estar presente em todas as dimensões do capital social, ou seja, existe uma relação direta de dependência da presença de confiança para a ocorrência dos demais indicadores.

Segundo GROOTAERT et al. (2003), a confiança entre as pessoas e instituições que modelam suas vidas, assim como as normas de cooperação e reciprocidade que envolvem a tentativa de trabalhar juntos para resolver problemas constituem-se como uma medida de capital social cognitivo, acerca das percepções subjetivas entre as pessoas.

Mesmo sendo um conceito abstrato e difícil de se medir, a confiança, segundo ROS (2003) pode ser entendida como um recurso moral, que implica uma previsão do comportamento de um ator independente. A confiança individual é a precursora da confiança social, que nas sociedades modernas origina-se nas regras de reciprocidade e nos sistemas de participação cívica, contribuindo para a diminuição do comportamento oportunista.

Para Putnam (1996), a confiança é um componente básico do capital social e promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação e, a própria cooperação gera confiança. A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega e implica uma provisão do comportamento de um ator

independente. *“Você não confia que uma pessoa fará alguma coisa simplesmente porque ela disse que irá fazer. Você só confia porque conhecendo a disposição dela, as alternativas de que dispõe e suas conseqüências, você espera que ela prefira agir assim”* (Dasgupta, citado em PUTNAM, 1996, p.180).

Um grupo cujos membros depositam confiabilidade uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiança. Numa comunidade rural, onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite que cada agricultor realize o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos (PUTNAM, 1996).

Redes e Solidariedade

Entre os diversos tipos de relações sociais geradoras de capital social, encontram-se as relações de expectativas e obrigações entre indivíduos que trocam favores, como as normas de cooperação e reciprocidade. No presente trabalho será considerado como “rede”, um círculo de amigos e vizinhos os quais se pode contar para conversar sobre assuntos particulares, trocar favores em caso de necessidade ou emergência e, as redes entre os indivíduos e as instituições econômicas, políticas e sociais.

O capital social na sociedade está presente também nas redes que se estabelecem nos movimentos sociais¹⁰ e não apenas entre os indivíduos. Estas redes possibilitam maior pressão por políticas públicas e por seus resultados, o que leva ao estabelecimento de regras mais claras no funcionamento do aparelho do Estado e ao estabelecimento de relações de confiança entre os atores envolvidos. A participação resultante desse processo se constitui num elemento fortalecedor das instituições sociais presentes na sociedade civil (LIMA, 2002).

¹⁰ De acordo com GHON (2003), os movimentos sociais atuam em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos para essa atuação em rede.

Portanto, pode-se dizer que as redes fortalecem a cidadania que se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos. “*O interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica*” (Walzer citado em PUTNAN, 1996, p.101).

A participação cívica dos indivíduos permite a articulação em assuntos de interesse coletivo, em busca de um bem público por meio de uma ação política como escrever petições, reunir com políticos e participar de assembleias abertas. Estas contribuem também para aumentar a capacitação (empowerment) do cidadão, uma vez que, a capacidade das pessoas em negociar com as instituições que afetam suas vidas reforça o reconhecimento pessoal.

Fountain e Atkinson, citados em SOUZA FILHO (2002) procuraram evidenciar como o capital social e práticas colaborativas impulsionam inovações, defendendo políticas públicas de estímulo ao engajamento participativo em redes regionais de colaboração. Entre suas propostas, estão a concessão de incentivos fiscais para empresas empenhadas em práticas colaborativas de pesquisa & desenvolvimento, além da formação de alianças entre indústrias e, da mesma forma, delas com universidades e com entidades governamentais e da sociedade civil. Outra proposição centra-se na composição de redes de colaboração tecnológica entre, empresas e universidades para o desenvolvimento e o emprego de novas tecnologias, desempenhando atividades de extensão no meio rural.

Essas redes ditas no parágrafo anterior, que se estabelecem entre a sociedade civil e os diferentes órgãos do Estado, é o que WOOLCOCK (1998) chama de capital social institucional, e o capital social extra-comunitário refere-se às relações estabelecidas entre a sociedade com as empresas e instituições sociais e, o mercado.

O modelo proposto por WOOLCOCK (1998) atribui dois tipos e dimensões do capital social no que ele chama de nível micro e macro:

1. Nível Micro

Enraizamento → Integração: laços fortes intra-comunitários, identidade e projetos comuns.

Autonomia → Conexão: laços fracos, participação dos indivíduos em redes

sociais extra-comunitárias, incluindo também o comportamento cívico dos indivíduos.

2. Nível Macro

Enraizamento → Sinergia: entre as instituições, ações cooperativas e diálogo entre instituições, incluindo o Estado e a sociedade.

Autonomia → Credibilidade e eficácia institucional: integridade, independência e busca pelo bem público por meio da burocracia estatal.

Uma rede é consolidada no momento em que existe uma confiança recíproca entre os participantes envolvidos e solidariedade entre eles. Segundo MENDES e BUENO (2001), quando uma solução cooperativa é alcançada, o grau de confiança aumenta, porque os benefícios dessa solução ficam claros para os indivíduos e, talvez mais importante, torna-se claro que essa solução é possível para uma série de outros empreendimentos. Assim quanto mais extensas as redes de relações pessoais que se estabelecem entre as pessoas envolvidas nesses empreendimentos, menor o estímulo ao oportunismo, porque o indivíduo que adotar esse comportamento sabe que tenderá a ser excluído de muitos outros empreendimentos, caso se mostre não confiável.

De acordo com PUTNAM (1996), as expectativas mútuas de que um favor concebido hoje venha a ser retribuído no futuro implica num sistema de reciprocidade que quando generalizada é um componente altamente produtivo do capital social.

Inclusão Social e Sociabilidade

A inclusão social é um dos resultados positivos mais importantes da presença de capital social em uma comunidade. A inclusão é verificada no contexto da participação em atividades comunitárias, no acesso a serviços sociais como educação, serviços de saúde e sentimento de comunhão e sociabilidade entre as famílias. Uma das manifestações positivas de um alto grau de capital

social numa comunidade é a ocorrência de freqüentes interações sociais cotidianas. De acordo GROOTAERT et al. (2003), a exclusão em algum destes serviços ou em atividades comunitárias interfere no grau de capital social numa comunidade.

Ação Voluntária

De acordo com o Banco Mundial, a ação voluntária é o terceiro tipo básico de indicador para medir capital social. Essa prática de atividade somente é possível quando há um nível significativo de capital social à disposição na comunidade.

Em comunidades carentes de recursos, a presença da ação voluntária é um indicador extremamente importante na vida das famílias. Essa atividade pode ser realizada com diferentes objetivos em prol da comunidade. Como exemplo, as atividades organizadas para construção e manutenção de infra-estrutura, como escolas, igrejas; prestações de serviços públicos em geral; mutirões de casas; ajuda em épocas do plantio e da colheita, entre outros.

A presença do voluntarismo reduz os custos de transação para alcançar os objetivos, além de contribuir para uma melhoria na qualidade de vida das comunidades, principalmente, para aquelas mais necessitadas. Segundo Hume, citado em PUTNAM (1996, p.173):

“Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua”.

Conforme o caso acima, é evidente que, do ponto de vista individualista não é vantagem ajudar o próximo, se este não retribuir futuramente. A ação ou cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistema de participação cívica (PUTNAM, 1996).

2.2. A Nova Economia Institucional

A nova economia institucional (NEI) se desenvolveu para tentar explicar de forma endógena o surgimento e evolução das instituições econômicas e sociais. Entende-se por “novos institucionalistas” aquela corrente de pensadores que procuram analisar a importância das instituições quando se trata de explicar os processos econômicos e como seu surgimento e evolução são passíveis de teorização.

O importante para o estudo do desenvolvimento não é apenas a idéia de mercado como mecanismo de formação dos preços, mas como processo histórico que reflete poder, estruturas, convicções, normas e controles sociais. Segundo ABRAMOVAY (2001), mercados não são pontos neutros de encontro entre indivíduos dotados de bens e serviços destinados à troca, mas refletem o ambiente institucional em que são formados. Sob esta ótica é crucial para o desenvolvimento o conjunto das formas institucionalizadas pelas quais os mercados funcionam, tanto pelas restrições que impõem, como pelas oportunidades que abrem.

O autor acrescenta ainda que o institucionalismo contemporâneo, desde o trabalho pioneiro de Ronald Coase (1937), parte da premissa de que comprar, vender, estabelecer contratos e exigir seu cumprimento, em suma, as transações de que depende a vida material da sociedade são fundamentais na determinação dos custos de uma economia. A diminuição destes custos supõe que as condutas humanas sejam estabilizadas e minimamente previsíveis: as instituições

cumprem o papel de reduzir a incerteza e por aí incentivar o avanço das ações humanas coordenadas.

Segundo BUENO (2003), a nova economia institucional parte do princípio que os mesmos princípios utilizados para derivar proposições puramente econômicas podem ser utilizados também para estudar como as instituições originam-se e se transformam ao longo do tempo, influenciando e sendo influenciadas pelos processos econômicos.

Para NORTH (1990), as instituições podem ser consideradas como as regras formais e informais da sociedade que, através de convenções, códigos de conduta, normas de comportamento, leis e contratos, regulam as interações humanas e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos. As instituições, neste sentido, representam arranjos e estratégias socialmente construídos com o intuito de favorecer a obtenção de conquistas coletivas, reprimindo as racionalidades individuais que estejam baseadas em opções oportunistas egoístas.

Autores da NEI definem instituições como regras sociais, uma vez que se consideram como tais apenas os fatores produzidos deliberada ou acidentalmente pela ação humana produzindo regularidades na conduta humana coletiva. Tais fatores atuam restringindo ou motivando os indivíduos a se comportarem de determinadas maneiras (que podem obviamente ser diferentes para várias culturas) quando estão envolvidas, por exemplo, relações de parentesco, relações entre devedores e credores ou entre empregados e empregadores; neste sentido, podem ser consideradas, por exemplo, como instituições as regras culturais que regulam o casamento e que impedem a prática de incesto, os instrumentos de crédito, os tipos de contrato e as formas de resolver pendências financeiras entre as partes, assim como os tipos de relações de trabalho existentes (BUENO, 2004).

A eficiência dessas instituições é condicionada pela clara definição de normas e pelo grau de interação social presente entre os atores. Estes fatores estão, por sua vez, diretamente associados à existência de relações de confiança entre os atores, à consolidação de sistemas de supervisão mútua e de sanções, e ao estabelecimento de compromissos críveis (OSTROM, 1990).

De acordo com NORTH (1990), a incapacidade de desenvolver mecanismos de baixo custo de transação dos contratos é a mais importante fonte tanto da estagnação histórica como do subdesenvolvimento presente no Terceiro Mundo. O subdesenvolvimento consiste antes de tudo, num ambiente social em que a falta de cooperação humana inibe a inovação, apóia-se em vínculos hierárquicos localizados e bloqueia a ampliação do círculo de relações sociais em que se movem as pessoas. É exatamente por isso que, na visão de North, o segredo do desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riqueza, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais.

Os custos de transação são os custos de busca de informação, planejamento, monitoramento das interações entre os agentes em uma transação, garantindo que o cumprimento dos termos contratuais se faça de maneira satisfatória para as partes envolvidas e o custo referente aos problemas de incentivo entre os compradores e vendedores de bens e serviços (PONDÉ, 1996).

WILLIAMSON (1985) identifica dois tipos de custos de transação que afetam diretamente o desempenho das unidades econômicas participantes: 1) os custos de negociar e fixar as contrapartidas e salvaguardas do contrato, e, principalmente, 2) os custos de monitorar, renegociar e adaptar os termos contratuais às novas circunstâncias. Esses custos estão presentes, com diferentes intensidades, segundo as características das transações.

NORTH (1990) acrescenta que, esta capacidade de fazer cumprir contratos só pode ser compreendida como resultado histórico da formação de um certo ambiente institucional. Em sua obra, o autor compara um caminho histórico de crescimento bem sucedido com um outro de falha persistente. O que entra em jogo na comparação é um ambiente onde envolve a ética do trabalho, a democratização do acesso aos recursos produtivos, o estímulo à criatividade, a independência dos diferentes corpos políticos, a valorização do conhecimento em contraste com sociedades as quais estimularam as atividades de intermediação mais que as produtivas, que criaram monopólios e que não investiram em educação. Este ambiente institucional é eficiente em fazer estas sociedades ainda

mais improdutivas e esse caminho pode persistir porque os custos de transação dos mercados políticos e econômicos destas economias, juntamente com o modelo subjetivo dos atores, não lhes permitem movimento gradual em direção a resultados mais eficientes (NORTH, 1990).

De acordo com BUENO (2003), a principal proposição da NEI é que as instituições sociais e econômicas se formam para resolver, com níveis distintos de eficiência em diferentes sociedades, o problema da cooperação entre os indivíduos. Para que a cooperação inerente ao funcionamento de uma economia de mercado possa ocorrer de forma sistemática os indivíduos precisam confiar naqueles com os quais estão negociando ou, na falta dessa confiança pessoal, nas instituições que induzem ou restringem o comportamento individual em favor da cooperação. Sociedades diferentes desenvolvem instituições distintas, as quais operam com graus muito diferentes de eficiência, para permitir que transações inter-pessoais aconteçam.

Para os novos institucionalistas, a ação coletiva ou a cooperação voluntária depende fundamentalmente de ambientes institucionais em que a ação está inserida, pois os mecanismos que promovem a cooperação não emergem espontaneamente, uma vez que, para autores da NEI, os indivíduos possuem comportamentos oportunistas e racionalidade limitada.

Dada a racionalidade limitada, os indivíduos são incapazes de prever e estabelecer medidas precisas para qualquer evento que possa ocorrer com a realização da transação e a presença do comportamento oportunístico faz com que o indivíduo tente tirar proveitos individuais às custas dos outros. É nesse contexto que as instituições, criadas pelos próprios indivíduos, adquirem importância para solucionar o problema da cooperação, pois elas têm o papel de restringir o comportamento humano, com objetivo de regular e minimizar os custos de transação. Estes acontecem em diferentes graus, conforme a complexidade das relações sociais envolvidas. Esta constatação deu origem ao que ficou conhecido como teorema de Coase.

Segundo WILLIAMSON (1991), a racionalidade limitada é a busca dos próprios interesses, com base nas informações incompletas, devido às limitações

da capacidade cognitiva do homem que se deve a: 1) incerteza – existe incerteza porque é impossível ou muito custoso identificar eventos futuros; 2) limitações neurofisiológicas e de linguagem – nossa mente possui limitações para receber, armazenar, recuperar, processar e analisar informações sem erros. Nossas limitações de linguagem referem-se na inabilidade dos indivíduos de expressar seus conhecimentos ou sentimentos mediante o uso da palavra; 3) Complexidade – as complexas decisões que enfrentam as firmas ou os indivíduos implicam a impossibilidade e conseqüências das decisões.

O comportamento oportunístico é fonte particular da incerteza nas relações transacionais. O indivíduo tem a propensão em agir de forma a extrair vantagens individuais entre as partes nas transações, inclusive rompendo contratos se isso for vantajoso. A busca do interesse próprio com malícia decorre da presença de assimetrias de informação o qual ocorre quando um agente detém um conhecimento a respeito de informações não disponíveis para os outros agentes participantes da transação. A emergência do oportunismo resulta em ações que, através de uma manipulação ou ocultamento de intenções e/ou informações buscam auferir lucros que alterem a configuração inicial do contrato, gerando conflitos no âmbito das relações contratuais que regem as transações entre os agentes (WILLIANSO, 1985).

“O fato de que os agentes não podem prever com exatidão as conseqüências de suas ações (decidem em condições de racionalidade limitada) e que só cumprem acordos voluntários quando for do seu interesse (isto é são oportunistas) implicam que sempre existirão custos de transação. Os indivíduos criam instituições (isto é restrições formais e informais deliberadas ao comportamento humano) para reduzir a margem de incerteza envolvida nas interações sociais, isto é para minimizar custos de transação” (BUENO, 2004, p. 48).

Segundo PUTNAM (1996), a eficiência das instituições (e da própria sociedade) é fortemente condicionada por conjunto de características específicas

da organização social, tais como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação e cadeias de relações sociais. É esse conjunto de características que constitui o Capital Social dessa sociedade.

No entanto para ABRAMOVAY (2000, p.17) são as instituições que devem ter o papel de fortalecer o capital social. Em seu estudo sobre capital social e desenvolvimento territorial, o autor busca uma correlação entre um nível mais acentuado de desenvolvimento no setor rural e a necessidade de as instituições fortalecerem o capital social. Segundo ele, o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola. *“Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar as instituições que são capazes de enriquecer o tecido de uma localidade. O papel das instituições no desenvolvimento rural deve-se consistir, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento da atividade econômica. O próprio crescimento urbano aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindo do meio rural”*.

BUENO (2004) conclui que as instituições têm não apenas de resolver o problema de permitir a cooperação entre os indivíduos mais diretamente envolvidos na transação, mas tem de induzir o surgimento de outras instituições que as complementam, resolvendo o problema da cooperação em outras esferas da vida social.

2.3. Os dilemas da ação coletiva em grupos diferenciados: interpretações acerca das idéias de Olson (1999)

A ação coletiva é necessária para dar resposta às necessidades individuais e sociais que pertencem ao âmbito da vida pública. Os princípios da solidariedade e da cooperação são aqueles que sustentam a ação coletiva. A análise considera essencialmente o problema de saber quando é que se espera que um grupo de indivíduos ou empresas que tem um interesse comum irá se organizar para alcançar esse interesse comum.

Em sua obra “A lógica da ação coletiva” (1999), Marcur Olson mostra as

dificuldades que os grupos enfrentam na obtenção de bens coletivos para os seus membros. Para o autor, quanto maior o número de indivíduos envolvidos em um grupo para obtenção de um objetivo, mais difícil será a cooperação espontânea entre eles, a menos que exista uma coerção ou formas de incentivos.

Para tanto, Olson se interessa em saber por que indivíduos racionais com interesses comuns na obtenção de um bem que sirva a todo o grupo acabam por optar em não agir coletivamente, sendo que o resultado da ação coletiva favoreceria a todos. Mesmo que todos os membros do grupo tenham interesses comuns, não compartilham do interesse de pagar os custos exigidos pela ação coletiva para a obtenção dos bens coletivos desejados.

Os bens obtidos pela ação coletiva, que nos interessa para o presente estudo são bens públicos ou comuns, isto é, de caráter indivisível. Portanto, os esforços isolados, ou seja, de cada indivíduo não têm efeito notável, e por outro lado, ele pode aproveitar-se do bem (devido ao caráter público do bem), quer ele tenha ou não participado da sustentação da ação coletiva que obteve este bem. Como o indivíduo age a partir de uma racionalidade utilitária e o grupo não pode oferecer senão bens coletivos, os indivíduos não agirão coletivamente, a menos que haja outros incentivos, os quais, diferentemente dos bens públicos, sejam seletivamente oferecidos aos que arcarem com os maiores custos individuais da ação coletiva empreendida pelo grupo.

É neste sentido que a dimensão do grupo tem um impacto sobre as racionalidades individuais. O argumento de Olson é que certos pequenos grupos podem procurar por si próprios os bens coletivos sem precisar lançar mão de coerção ou incentivos ao próprio bem para estimular os indivíduos que o compõem. A razão disso é que em pequenos grupos cada membro, ou ao menos um entre eles, julga que o ganho pessoal que vai tirar da obtenção do bem coletivo, excede o custo total de um montante dado desse bem. Alguns indivíduos, para obtê-lo, podem inclusive ser levados a suportar sozinhos o custo inteiro da operação. Nessas condições, podemos ter forte presunção de que o bem coletivo será obtido. Porém, mesmo nos menores grupos, a regra é que não atingiremos o ponto ótimo, o que equivale a dizer que os membros do grupo não

procurarão a quantidade de bens que eles têm interesse, enquanto grupo, de procurar. Apenas algumas medidas institucionais particulares darão aos indivíduos motivos suficientes para adquirir o montante do bem coletivo cuja soma seria o montante mais vantajoso para o grupo em seu conjunto.

De modo que, num pequeno grupo onde um membro obtém uma fração grande o suficiente dos benefícios do bem público, há grandes chances de obter o bem. Num pequeno grupo onde não há nenhum indivíduo nessa posição e a decisão de cada um afeta o comportamento dos outros, a indeterminação é grande. Num grande grupo onde a contribuição de cada um não faz diferença perceptível para o todo, é certo que o bem coletivo não será obtido sem coerção ou sem outros incentivos que obriguem os membros do grande grupo a agir em seu próprio interesse comum. A distinção depende do grau de interdependência entre dois ou mais membros, isto é, o quanto cada um depende da decisão do outro para tomar a sua própria. A possibilidade, portanto, que tem um grupo de obter um bem coletivo, sem necessidade de coerção ou outra intervenção exterior, depende em grau considerável do número de indivíduos que tem o grupo, pois quanto maior o grupo, menos provável que a contribuição de cada um seja sensível.

Em suma, pelo raciocínio de Olson, o critério que permite determinar se um grupo está em condições de agir de acordo com seu próprio interesse é a influência das ações individuais de cada membro sobre cada um dos outros membros do grupo. E isto ocorre em função, embora não exclusivamente, do número de indivíduos.

Para Olson, ao menos quanto à busca de bens coletivos, os pequenos e grandes grupos não obedecem ao mesmo tipo de comportamento. Por mais positivas que sejam as funções desempenhadas pelas grandes associações voluntárias, nenhum de seus membros aderiu a ela com base num cálculo individual utilitário. E finalmente, a análise de Olson observa que um consenso o maior possível em torno do objetivo a ser buscado e do meio de obtê-lo é importante, mas não garante ao grupo a obtenção do bem. Num grande grupo com um objetivo comum, não haverá tendência à organização visando a ação

coletiva mesmo que o consenso seja perfeito.

Assim, a solução racional pode significar uma situação dramática do ponto de vista social quando se leva em conta a lógica da ação coletiva descrita por Olson, principalmente em casos onde estão envolvidos recursos comuns. Não se pode esperar que as instituições possam emergir espontaneamente. É preciso criar mecanismos que garantem permitir que as transações inter-pessoais aconteçam.

A questão importante para este trabalho, levantada pela teoria da ação coletiva, é que a solução de dilemas de ação coletiva, principalmente em casos onde estão envolvidos recursos comuns, não necessariamente depende da existência de capital social. Assim se numa comunidade for detectada esses tipos de dilemas, não será suficiente estimular a formação de capital social para garantir a eficiência das instituições, pois neste caso, os indivíduos não tem interesse em estabelecer as regras, uma vez que sabem que não poderão ser excluídos do bem, assumindo assim o comportamento oportunístico.

Portanto, para evitar o rompimento das regras, caso elas já existam, e que as transações se realizem, será preciso então mobilizar incentivos seletivos, visto que, dificilmente se conseguirá alcançar as soluções cooperativas por negociação¹¹.

2.4. Assentamentos Rurais e Cooperação

A concentração de terra e renda é uma realidade herdada e enfrentada por trabalhadores rurais desde os tempos coloniais. Como uma política pública, social e econômica, a atual política de reforma agrária vem contribuindo no Brasil na tentativa de resolver, por exemplo, problemas como a concentração de renda e o desemprego. Para tanto, sabe-se que a simples redistribuição de terras,

¹¹ Segundo OLSON (1999), muitas vezes é impossível alcançar soluções cooperativas por negociação. Em situações de dilemas sociais, em que, por razões associadas, por exemplo, à existência de externalidades, as sociedades são incapazes de alcançar configurações eficientes no sentido paretiano, porque os indivíduos e firmas, agindo racionalmente, irão engajar-se excessivamente na produção de bens que geram externalidades negativas e deixarão de produzir bens e serviços que geram externalidades positivas, esperando que outros o façam por eles.

não é suficiente para uma transformação da estrutura agrária, visando a fixação do homem no campo e promovendo o desenvolvimento da produção, em vista da melhoria das famílias assentadas.

A formação dos assentamentos provenientes da atual política de reforma agrária torna-se um ponto de partida, onde se estabelece novas demandas no qual exige um tratamento por parte das políticas públicas, mais também a presença de formas organizativas de cooperação para contribuir na melhoria da qualidade de vida das famílias.

Seguindo essa lógica, segundo DANTAS (2004, p.2):

“Os produtores têm como ponto de partida, o engajamento nas organizações que através das variadas formas de cooperação agrícola pode contribuir para aumento da produção e da produtividade do trabalho. À medida que esses esforços organizativos se disseminem de forma articulada por meio de estratégias embasadas em questões concretas e necessidades dessas categorias, maiores serão as possibilidades de resistência e, mudanças estruturais nas localidades.”

O trabalho realizado por BITTENCOURT et al. (1999), a respeito das conquistas e dos limites dos assentamentos, mostra que uma das características centrais das experiências problemáticas está na sua precária capacidade de articulação com outros atores da região e sua estrita dependência dos poderes públicos federais. Ao contrário, as experiências bem sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social. Por mais que as condições naturais (solo, relevo, clima) sejam importantes na determinação do desempenho dos assentamentos, não são poucos os casos em que os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que possibilitou ampliar as possibilidades de valorização do trabalho dos assentados.

Além disso, de acordo com ZAMBERLAM (1994), os agricultores assentados têm uma trajetória histórico-cultural própria e, na sua grande maioria,

não incorpora com as práticas do projeto “capitalista”, tendo dificuldades em conquistar espaço num contexto de mercado, caracterizado por procedimentos induzidos e impostos. Para tanto, necessita de uma organização de base dos trabalhadores rurais, promovendo o desenvolvimento da agricultura.

Trata-se de uma nova identidade coletiva, reunindo os produtores em torno de uma rede de articulações, o qual apresenta uma estratégia coletiva que vai muito além da luta pela sobrevivência, como também a própria inserção no mercado globalizado e competitivo de trabalho.

“É importante considerar o estágio de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, operando numa conjuntura de abertura dependente, onde os limites da capacidade de reprodução individual dos pequenos produtores familiares são maiores. Dessa forma, a busca de conhecimentos sobre as experiências organizativas de cooperação agrícola diante das adversidades e potencialidades de cada município possuem importância significativa (DANTAS, 200, p.1).”

De acordo com uma pesquisa realizada por BITTENCOURT et al. (1999), nos assentamentos rurais onde há organização coletiva da produção, quase não existem diferenciações internas entre os assentados, principalmente se relacionadas com a forma de produção e obtenção da renda, demonstrando que a organização é fator de diminuição das desigualdades entre os assentados. Este fato é comprovado pela melhor forma de distribuição e utilização da terra nos assentamentos que possuem alguma forma de organização produtiva. Onde não existem formas de organização produtiva, a ocorrência de diferenciações internas entre os assentados é maior. Nestes assentamentos, existem tanto produtores com pouca ou nenhuma renda monetária (produtores de subsistência), como produtores de significativa renda monetária. Já nos assentamentos que possuem organização coletiva, são as áreas coletivas que se concentram as atividades agropecuárias que são destinadas ao mercado e que tem maior uso de tecnologias “modernas”.

Segundo NASCIMENTO (2000, p.107), com organização, participação e articulação dos pequenos agricultores é possível fomentar uma construção ativa

de capital social e, conseqüentemente, promover uma revitalização das bases socioeconômicas do processo de desenvolvimento. Ao mostrar como se deu a construção ativa de capital social no sertão baiano, com base na experiência de organização dos pequenos agricultores vinculados à Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente, o autor concluiu que: *“Mesmo em uma região cuja estrutura fundiária é rígida, êxitos foram alcançados aproveitando-se as fendas abertas numa estrutura verticalizada de relações sociais, indicando alternativas que passam pela pequena produção familiar. As parcerias entre movimento social, entidades civis e governo podem fomentar a formação de capital social em escala regional, revitalizando as bases do processo de desenvolvimento”*.

É nesse cenário que os movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra (MST), num processo intenso de luta pela reforma agrária, vem ampliando as suas ações¹², numa mobilização política dos trabalhadores rurais, buscando construir alternativas de desenvolvimento nos assentamentos por meio de novas relações organizadas na cooperação, na solidariedade, e na forma de organizar o trabalho coletivamente, tornando possível a construção de experiências coletivas de vida.

Para o MST o que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim com o isolamento, além de promover o desenvolvimento da produção. Ela visa contribuir com o avanço da organização da produção em vista da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Uns podem apenas trocar dias de serviços, outros podem comercializar em conjunto ou ter uma associação de máquinas, há aqueles que optam em uma linha de produção em comum (condomínio) ou estar ligados a uma cooperativa. Enfim, o fundamental é o ato de cooperar (MST, 2004).

Os assentados devem reconhecer a importância do trabalho coletivo na possibilidade de seu desenvolvimento. A divisão do trabalho possibilita a produção de um excedente cada vez maior e a ampliação das trocas, que é base

¹² O MST busca por alternativas à organização da cultura camponesa de propriedade privada, por meio de relações de cooperação.

para o desenvolvimento da economia mercantil capitalista, e ampliar a divisão e a especialização para criação de mercado de consumo.

No entanto, segundo FRANCO (2002), para haver cooperação, é necessário que as pessoas compartilhem valores e objetivos comuns, ou seja, que tenham um projeto comum. Não pode criar um clima favorável ao desenvolvimento se as pessoas não participam voluntariamente de ações conjuntas. Qualquer organização humana só existe na medida em que as pessoas nela envolvidas se relacionem de uma determinada maneira estável, exercitando, em algum grau, a complementaridade e a parceria e, enfim, sejam de algum modo, interdependentes. Para que esse ambiente se forme e permaneça existindo ao longo do tempo é necessário que se instale na coletividade algo como uma cultura de cooperatividade sistêmica.

Segundo TSUKAMOTO, et al (2004), ao realizar uma pesquisa nos assentamentos rurais no Norte do Paraná, verificou-se que cooperativas e as associações de moradores não tem tido a atuação desejada, seja pelo forte individualismo dos assentados, seja pelo longo caminho ainda a percorrer para que os assentados ajam coletivamente, pois tal procedimento envolve confiança, solidariedade, união e cidadania.

As características “confiança, solidariedade, união e cidadania” ditas pelo autor dizem respeito ao capital social que por sua vez está diretamente ligado aos níveis de organização de uma comunidade. Daí a importância de se estudar o grau de capital social nos assentamentos.

BIALOSKOVISK NETO (2003, p.16) procura identificar como as variáveis capital social e capital humano podem influenciar o nível de desenvolvimento da agricultura, concluindo que: *“o capital social e humano são variáveis importantes, positivamente correlacionadas e significativas na explicação do valor da produção agropecuária.”*

Para esse mesmo autor, o desenvolvimento rural ocorre em diferentes intensidades, em dependência também do ambiente institucional local. As instituições e a distribuição dos direitos de propriedade podem determinar o

nível de minimização dos custos contratuais e, desta forma, a eficiência econômica.

Segundo GARCIA JÚNIOR (2004), a análise histórica do processo de desenvolvimento econômico e social de vários países do mundo indica que é perfeitamente possível o desenvolvimento de grupos ou de indivíduos bem sucedidos do ponto de vista econômico em sociedades com baixo capital social. No entanto, dificilmente encontraremos nessas comunidades condições de sustentabilidade, pois a condição de baixa responsabilidade coletiva do segmento vencedor colaborará para que o estado de tensão dos diversos grupos e da própria sociedade provoque o crescimento dos custos de transação. Estes encontram-se associados aos mecanismos institucionais criados para o monitoramento de conflitos, a garantia do respeito aos contratos e instituições e a criação de mecanismos de fixação de hierarquias de prioridades entre os objetivos de indivíduos e os dos grupos de uma sociedade.

2.5. Trajetória de Vida das Famílias Assentadas

É relevante compreender a trajetória de vida das famílias assentadas, quando se tem como objetivo estudar a presença das relações sociais de confiança e solidariedade, as formas de agir das pessoas, interação social, presença das regras e associações institucionalizadas, capacidade de cooperação, enfim, todas as características envolvidas no conceito de capital social. A trajetória de vida dessas famílias pode ter influência na intensidade desses indicadores do capital social.

Exemplificando, segundo PAULILO (1994), em um trabalho realizado num dos assentamentos mais coletivizados de Santa Catarina, quando se investigou a trajetória de vida dos assentados para entender sua organização social atual, descobriu-se que as experiências coletivas são mais facilmente aceitas por ex-trabalhadores rurais que por ex-proprietários.

O assentamento como um novo espaço social, é marcado por diferenças de vida entre famílias nas quais, se encontram em um processo de construção de

uma nova identidade social. Trata-se de trajetórias distintas de vidas que se unem para uma reconstrução de relações sociais.

De acordo com BERGAMASCO & FERRANTE (1994), é preciso reconhecer a diferenciação dos assentados em suas origens, trajetórias de vida e discutir a perspectiva de existir uma história social comum em suas andanças, sustentada pelo vínculo representado pela relação mediata e imediata com a terra. Algumas pessoas já tiveram em outros momentos relações de posse com a terra, outros foram bóias frias, há também os migrantes e os desempregados. A referência a terra é dada por alguns a partir de uma situação já vivenciada, na qual as relações sociais são ditadas pela solidariedade, para os que nunca viveram ou tiveram uma relação com a terra, a forma como se referem a ela não implica em uma idealização do passado, mas um querer mudar face às privações sofridas.

Segundo CARVALHO (1999), os trabalhadores rurais que usualmente demandam e ou lutam diretamente pela posse da terra, não apenas apresentam grande heterogeneidade de histórias de trabalho e, amplo senso de vida, em decorrência das diferentes relações sociais de produção e de propriedade em que estavam inseridos, como, também, pelos contextos histórico-sociais em que se encontravam como pessoas e como famílias.

O assentamento se reconstitui em uma comunidade de pequenos produtores que, em condições normais, leva dezenas de anos para adquirir suas características mais identificadoras, tais como: conhecimento, confiança e solidariedade entre vizinhos; convivência e conhecimento da terra e dos recursos naturais locais; experimentação de cultivos e técnicas adequadas às condições dadas pelo meio natural e sócio-econômico e a obtenção de serviços públicos necessários a uma existência minimamente confortável (BEZE, 1994).

Porém, segundo CARVALHO (1999), em seu estudo sobre interação social e as possibilidades de coesão e identidade social na vida social dos trabalhadores nas áreas de reforma agrária, pôde-se constatar que nos assentamentos onde as pessoas já moravam na fazenda desapropriada, sejam como posseiros, arrendatários, parceiros, ou trabalhadores rurais assalariados, a relação de parentesco entre elas é mais intensa. Nestes casos tendem a reconstruir

dentro do assentamento, a mesma interação social que mantinham anteriormente e reproduzirem o universo de institucionalizações que haviam construído na sua socialização enquanto grupo social, anteriormente constituído.

CARVALHO (1999) acrescenta que, quando num assentamento dessa natureza são introduzidas, por diferentes motivos, famílias de outra origem geográfica, ou com histórias de vida muito diferentes daquelas lá existentes (padrões de comportamentos no cotidiano distintos), há uma tendência à separação que pode verificar-se tanto no sentido físico dentro do assentamento como de distanciamento na interação social.

Pelo exposto, é importante investigar a trajetória de cada família assentada, quando se pretende analisar o nível de capital social para explicar a existência de comportamentos diferenciados quanto a forma de produção de trabalho num mesmo assentamento rural. A heterogeneidade entre as famílias quanto à profissão, origem geográfica, ou qualquer outra desigualdade, podem ser bons indicadores para esclarecer a presença de dois grupos no assentamento em questão.

Segundo Bourdieu, citado em MATOS (2002), o capital social pode ser entendido como um conjunto de recursos potenciais que estão ligados a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, não somente são dotadas de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes. Essas relações são irredutíveis a relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade.

III. METODOLOGIA

Este capítulo trata dos procedimentos metodológicos utilizados para obtenção dos objetivos deste trabalho. No item 3.1 é apresentada uma breve caracterização da área em estudo. O item 3.2 mostrará os modelos analíticos os quais serão utilizados para apresentar os dados na seguinte forma: no item 3.2.1 se encontra a análise de frequência para quantificar as variáveis explicativas do capital social, caracterizando os grupos formados e, algumas variáveis da trajetória dos assentados em relação à ocupação de terras. O item 3.2.2 apresenta o modelo de índice de capital social para que os indicadores do capital social possam chegar a um único valor, podendo assim medir o nível do capital social dos grupos que se diferenciam quanto a forma de organização da produção. O item 3.2.3 se trata de uma análise discriminante, com o objetivo de analisar problemas de ação coletiva. Por fim, no item 3.3 diz respeito ao instrumento de coleta dos dados.

3.1. Caracterização da área de estudo

Optou-se como campo de estudo uma comunidade de assentamento rural, uma vez que, a cooperação entre indivíduos nessas comunidades tem sido apontada como elemento-chave para sobrevivência. Neste sentido, o presente trabalho teve como base empírica um estudo na região do Vale Rio do Doce em

Minas Gerais, especificamente no assentamento “Primeiro de Junho”, situado no município de Tumiritinga, às margens do Rio Doce.

A escolha em realizar o presente estudo nesse assentamento se deve à realidade em que se encontram às famílias residentes em relação à forma de organização do trabalho agrícola. Existem, hoje, dois grupos de famílias: um grupo constituído por produtores que trabalham individualmente e outro constituído por famílias que trabalham coletivamente. Logo, devido à heterogeneidade quanto à forma de organização da produção, esse assentamento se constitui em um rico campo de pesquisa, para testar as proposições das teorias expostas anteriormente.

3.2. Modelo Analítico

3.2.1. Análise de Frequência

A análise de frequência é uma maneira conveniente de organizar os dados e extrair mensagens básicas que os dados contêm. No presente estudo, estas mensagens tem a ver com as principais características ou dimensões do capital social entre as famílias assentadas, características da trajetória dos assentados e da organização da produção.

O primeiro tipo de análise será a tabulação dos dados para mapear o capital social o qual será centrada a partir de tais indicadores: a participação dos assentados em associações locais, grau de confiança entre os assentados, presença de rede de conexões e solidariedade, inclusão social e presença de ação voluntária. O segundo tipo de análise será a tabulação dos dados no que se refere às características dos assentados em relação ao sistema de produção. A partir daí será feito uma comparação percentual juntamente com dados qualitativos quanto aos indicadores do capital social, e em relação ao sistema de produção, caracterizando os grupos formados.

3.2.2. Índice de Capital Social

O nível de capital social dos grupos será medido através de um índice com o uso dos indicadores que medem o capital social estrutural e cognitivo falado anteriormente e do indicador de ação voluntária.

Na composição deste índice considerou-se o grau de confiança das pessoas, redes e solidariedade, sociabilidade, participação em: trabalho voluntário, associações de produtores, sindicatos, movimento político e associação de pais e professores, atribuindo a estes, valores de zero, um e dois, com o objetivo de verificar a contribuição desses indicadores para o efeito do capital social nas famílias assentadas.

Conforme MAYORGA et al. (2004), os procedimentos metodológicos devem obedecer às bases estabelecidas no modelo conceitual do estudo. Entretanto, é importante reconhecer o grau de subjetividade das informações fornecidas pelos entrevistados, o que seguramente reflete na interpretação dos resultados.

O índice de capital social das famílias assentadas será calculado da seguinte forma:

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\text{máx } i}} \right]$$

(1)

A contribuição de cada indicador no ICS é dada por:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{n \left(\sum_{i=1}^m E_{\text{máx } i} \right)}$$

(2)

Em que:

- ICS = índice de capital social;
- E_{ij} = escore do i -ésimo indicador, alcançado pelo j -ésimo produtor;
- $E_{\max i}$ = escore máximo atingível pelo indicador i ;
- $i = 1, \dots, m$ número de indicadores;
- $j = 1, \dots, n$ número de produtores; e
- C_i = contribuição do indicador i no ICS do grupo.

3.2.3. Análise Discriminante

No presente estudo, foi utilizada a técnica discriminante para analisar problemas de ação coletiva. O objetivo da análise é identificar se os indicadores do capital social são importantes para classificar o indivíduo como participante de grupos que normalmente resolvem problemas de ação coletiva. Como exemplo de problema típico de ação coletiva será considerada, como variável dependente, a questão de economia de água em momentos de dificuldade de abastecimento. As variáveis explicativas utilizadas para discriminar os grupos serão as mesmas usadas na composição do índice de capital social, exceto as relacionadas à participação em associações.

A análise estatística multivariada utilizando funções discriminantes foi inicialmente aplicada por FISCHER (1936) para decidir à qual de dois grupos pertenceriam indivíduos sobre os quais tinham sido feitas diversas e idênticas mensurações. De modo geral, podem-se definir os seguintes objetivos para a análise discriminante:

- Estabelecer funções discriminantes ou combinações lineares das variáveis que melhor discriminam as categorias da variável dependente;
- Verificar se existem diferenças significativas entre os grupos, em termos das variáveis independentes;
- Determinar as variáveis dependentes que mais contribuem para que os grupos sejam diferentes;
- Classificar os casos em grupos, com base nos valores das variáveis dependentes; e
- Avaliar a precisão da classificação.

A análise discriminante, conhecida como *Discriminante Linear de Fisher*, reduz o número de variáveis para um número menor de parâmetros, que são funções discriminantes linearmente dependentes das variáveis originais. Os coeficientes das funções discriminantes indicarão a contribuição das variáveis originais para cada função discriminante.

Um método comum na análise discriminante é o STEPWISE, que seleciona as variáveis para entrar na análise, baseando-se nas suas capacidades de discriminação. O processo inicia selecionando a variável que apresenta maior valor de discriminação. Esta variável é pareada com as demais variáveis, uma de cada vez, e o critério de seleção é novamente comparado. A variável que, em conjunto com a primeira selecionada, produzir o melhor valor para o critério, é a segunda variável escolhida para entrar na análise. Estas duas variáveis selecionadas são combinadas com as demais remanescentes, e a combinação que apresentar o maior valor para o critério de seleção determinará a terceira variável a entrar na equação. Do mesmo modo, todas as demais variáveis são testadas através do critério de seleção, até que todas sejam ordenadas pelas suas capacidades de discriminação.

Formalmente, para o caso de dois grupos, o método de decisão estatística designa uma observação para o grupo 1 se:

$$Z \geq \frac{\bar{Z}_1 + \bar{Z}_2}{2} + \ln \left[\frac{p_2 C(1/2)}{p_1 C(2/1)} \right]$$

(3)

e uma observação é classificada no grupo 2 se:

$$Z < \frac{\bar{Z}_1 + \bar{Z}_2}{2} + \ln \left[\frac{p_2 C(1/2)}{p_1 C(2/1)} \right]$$

(4)

Em que:

Z = escore discriminante para uma dada observação;

Z_j = escore discriminante médio para o grupo j ;

p_j = probabilidade prévia do grupo j ; e

$C(i/j)$ = custo de classificação incorreta dentro do grupo i de uma observação que pertence ao grupo j .

O método utilizado para identificar o poder de discriminar de uma variável é o teste de Lambda de Wilks (L^*). Esse teste considera como critério de seleção de variáveis o valor da Estatística F Multivariada, para o teste da diferença entre os centróides dos grupos. A variável que maximiza o valor da estatística F, também minimiza o L^* , que é uma medida de discriminação entre os grupos.

Para consultas detalhadas, a análise discriminante é largamente discutida em diversos livros, tais como HUBERTY (1994), MANLY (1994) e MALHOTRA (2001)

3.3. Fonte de Dados

Para a realização da pesquisa foram utilizados dados primários coletados por meio de entrevistas e aplicação de um questionário integrado desenvolvido pelo Banco Mundial para medir capital social. O questionário foi adaptado e outras perguntas complementares foram inseridas, de acordo como os objetivos específicos do presente estudo.

A amostra representativa da população foi escolhida aleatoriamente, em função da homogeneidade da população. O questionário foi aplicado em uma amostra de 39 famílias, sendo que 19 famílias eram do grupo que produziam individualmente e 20 pertenciam ao grupo coletivo de produção num total de 83 famílias do assentamento Primeiro de Junho.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A trajetória das famílias durante o processo de acampamento

Os resultados e discussões da caracterização histórica e social do assentamento Primeiro de Junho foram obtidos por meio de aplicação de questionários e em depoimentos das famílias, além de alguns dados secundários.

A ordem das discussões a seguir segue uma breve trajetória, desde o encontro dos assentados, marcando a primeira experiência de união e ocupação, dessas famílias, até a ocupação da Fazenda Califórnia, situada em Tumiritinga, onde vivem hoje os assentados.

Em seguida, discorre-se sobre a divisão da fazenda Califórnia entre essas famílias e um grupo de trabalhadores residentes em Tumiritinga. Por fim, apresenta-se a fase de organização da produção do assentamento Primeiro de Junho, onde passaram a existir dois grupos de famílias residentes neste mesmo assentamento, os quais se distinguem quanto à forma de organização da produção. Devido à existência de dois grupos distintos dentro de um mesmo assentamento, este se tornou o objeto de estudo para testar as pressuposições do presente trabalho.

O encontro das famílias do assentamento Primeiro de Junho

A primeira ocupação compartilhada entre as famílias do assentamento Primeiro de Junho ocorreu no ano de 1988, no município de Novo Cruzeiro, em Minas Gerais, dando origem ao primeiro acampamento chamado de Aruega.

Essa primeira ocupação foi marcante na trajetória de vida destas famílias, pois a partir desse acampamento, iniciou-se uma luta pela terra e mais ainda pela sobrevivência, onde famílias de diferentes culturas uniram-se num combate à fome, como se já fizessem parte de uma mesma família durante anos de convivência.

De acordo com depoimentos citados em COELHO et al. (2000), há várias lembranças inesquecíveis do acampamento Aruega:

“Em Aruega, era um dividindo com os outros. Tinha gente grande que desmaiava de fome. O que a gente arrumava, a comissão de alimentação dava pras crianças. Essa partilha tinha. Certo que tinha muita gente que não agüentava ir pra roça, mas era de fome. Naquela época tudo era uma revolução pra nós, cultural, na cabeça nossa, né? Na minha trajetória de vida, acho que foi a maior, desde que entrei na luta pela terra, foi a maior revolução que eu tive. Eu fui conhecer novas culturas diferenciadas. A gente começou a conviver, cada um com um problema diferente... era tudo tão sincero, porque nós tínhamos um amor pelo outro que é diferente da realidade de hoje. Nós tínhamos um amor pelo outro independente se era homem ou mulher, tinha aquele amor fraterno, aquela intimidade de conversar, de dialogar, de fumar um cigarrinho de palha, de comer raiz de mandioca que um ganhava.”

Como o tamanho da fazenda ocupada era pequeno para abrigar todas às pessoas, apenas um grupo de famílias continuou em Aruega, às demais, ou seja, as famílias que moram hoje no assentamento, tiveram que deixar esse acampamento para tentar novas ocupações em outras fazendas. Portanto, o

acampamento Aruega marcou a união e o início da trajetória das famílias que hoje vivem no assentamento Primeiro de Junho, as quais permaneceram por lá, cerca de 5 anos.

Após esse período e depois de várias tentativas de ocupações e frustrações, essas famílias ocuparam um lote que também era pequeno, no município de Teófilo Otoni, onde conseguiram se arranjar neste local até 1993.

Essas famílias vieram descendo desde a região do Jequitinhonha e Mucuri, até a região do Vale do Rio Doce. Todas as famílias que moram no assentamento vieram juntas, sobrevivendo a cada ocupação, desde o primeiro acampamento chamado Aruega formado em 1988, lutando por um pedaço de terra até conseguirem ocupar a fazenda Califórnia, situada no município de Tumiritinga, onde residem até hoje.

Ocupação da Fazenda Califórnia

Nessa época, estas famílias deslocaram para beira de estrada nesta mesma região, Vale do Rio Doce, em vista da fazenda Califórnia, desapropriada desde 1987. De acordo com os entrevistados, para aumentar a mobilização, facilitando assim a ocupação, uniram-se às famílias de trabalhadores do município de Tumiritinga e, juntos ocuparam a fazenda.

No dia primeiro de junho de 1993 (data comemorada todos os anos), ocuparam a fazenda da Califórnia situada em Tumiritinga, permanecendo acampados até 1996, ano que ocorreu a emissão de posse da terra via INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, passando assim da condição de acampadas a assentadas.

No momento de ocupação da fazenda Califórnia, estas famílias articularam com grupo de trabalhadores de Tumiritinga, com o objetivo de fortalecerem, facilitando assim, a ocupação da terra. Após o momento de ocupação junto aos trabalhadores de Tumiritinga, surgiram disputas pelas normas, quanto à forma de participação nas atividades realizadas dentro do acampamento, levando a um clima de conflito. De acordo com dados levantados

no INCRA, este teve que dividir a terra para os dois grupos, com intuito de evitar maiores conflitos.

Segue a seguir como se deu a divisão da fazenda e o motivo de tal divergência.

Divisão da Fazenda Califórnia

Após a ocupação do imóvel, existiam dois grupos que iriam formar o assentamento: um grupo de trabalhadores rurais, composto por famílias do município de Tumiritinga, sem vivência no processo de acampamento e ocupação de terras; e outro grupo composto por famílias da região do Jequitinhonha e do Mucuri, que vinha desde 1988, lutando por terra.

As normas estabelecidas pelo grupo que vinha da mesma trajetória era que a forma de luta pela terra, ou seja, a conquista pela terra teria que contar com a participação de todos os membros das famílias no acampamento. Segundo as normas, todas as famílias tinham que morar no acampamento, enfrentando a luta do dia a dia, pela sobrevivência e conquista da terra.

Depoimento citado em COELHO et al. (2000) descrevem bem estas normas:

“A conquista pela terra tem que ter a participação da mulher, dos filhos, tem de ficar todos debaixo da lona pra poder participar das reuniões. O acampamento é um campo de formação. É ai que as pessoas vão participar que vão entender o que é reforma agrária”.

Diante disto, houve divergências entre os dois grupos, pois o grupo constituído pelas famílias de Tumiritinga não concordavam com as normas estabelecidas, uma vez que tinham famílias que trabalhavam na cidade, outras que apenas os responsáveis moravam no acampamento mantendo ainda moradias que possuíam na cidade e, mesmo assim não ajudavam no plantio do acampamento.

“A cidade estava pertinho. Ele vinha e voltava pra casa e continuava até empregado. A visão deles era a do pequeno proprietário, eu tenho a minha propriedade lá na roça, eu vou lá prendo minhas vaquinhas, cuido da minha galinha e volto cá pra cidade. E nós pensávamos assim que eles tinham tudo na cidade; eles não precisavam da terra como a gente. Nós não compreendíamos na época, pra fazer uma proposta e eles acabaram por bem sair fora da gente.”
(depoimento retirado do texto de COELHO et al., 2000)

Este perfil heterogêneo apresentado pelos dois grupos provocou um clima de tensão e desentendimentos mútuos, que acabou dando origem a dois movimentos distintos, um coordenado pelo MST e outro pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tumiritinga.

Em função dessa situação e com o objetivo de evitar conflitos futuros que poderiam desestabilizar o assentamento a ser feito na área, o INCRA propôs a criação de dois projetos de assentamentos, dividindo a fazenda Califórnia entre os dois grupos.

Assim surgiram dois assentamentos “Primeiro de Junho”, onde residem hoje 82 famílias, e “Cachoeirinha” com 33 famílias assentadas. Ambos criados na mesma época, no mesmo local e com objetivos comuns, ou seja, a disputa pela posse da terra. Porém, com uma história de vida e uma visão de reforma agrária distinta, pois as famílias que residem hoje no assentamento Primeiro de Junho possuem uma história social comum em suas andanças que se diferencia das famílias que formaram o assentamento de Cachoeirinha.

Durante a trajetória das famílias do Primeiro de Junho, de ocupação em ocupação lutando por uma terra e pela sobrevivência, estas famílias foram construindo regras de comportamento institucionalizadas, socialmente estabelecidas com o intuito de realizar as conquistas coletivas e uma sólida rede de reciprocidade e de interação social, favorecendo, assim, uma relação de parentesco entre elas.

Na época em que se uniram ao grupo de Tumiritinga para a ocupação da fazenda, já tinham consolidado padrões de identidade e comportamentos

próprios, adquiridos pela trajetória de luta. O fortalecimento dessas relações e as expectativas mútuas de reciprocidade constituíram-se um capital social no grupo, suficiente para impedir que o grupo de Tumiritinga mudasse as regras estabelecidas, uma vez que estes não concordaram com as normas e as obrigações estabelecidas e assim atrapalhassem a mobilização das famílias vindas de uma mesma trajetória.

Além disso, esse grupo vinha sendo liderado e educado pelo MST, com uma visão de reforma agrária própria e diferente do grupo de Tumiritinga. Cada grupo possuía lideranças e representação próprias.

O capital social presente nas famílias vindas de uma mesma trajetória “impediu” a união com grupo de Tumiritinga, porém, promoveu a criação de dois projetos de assentamentos, resguardando as especificidades que caracterizam cada grupo, evitando conflitos de identidade. Esse capital social será denominado de capital social de formação com intuito de facilitar a compreensão da análise do presente trabalho.

Fase de organização da produção do assentamento Primeiro de Junho

Durante toda fase de acampamento, as famílias do assentamento Primeiro de Junho desenvolviam um trabalho coletivo de produção com divisão de tarefas. Assim que o assentamento se consolidou, pessoas que já participavam da liderança do acampamento resolveram fazer uma assembléia propondo a continuação do trabalho coletivo no assentamento, uma vez que já há algum tempo, os assentados vinham pensando na melhor forma de organização da produção.

A condição era de que aquelas famílias que optassem trabalhar coletivamente seriam donas de um único pedaço de terra, ou seja, a terra seria coletiva, todos seriam donos de um mesmo lote, além de possuírem em comum os créditos e a produção. Para as famílias que resolvessem produzir sozinhas, o lote seria dividido a cada uma, ou seja, o lote individualizado, administrando assim a produção de maneira familiar.

Na época das discussões, pessoas que moravam em assentamentos localizados no Rio Grande do Sul e que estavam tendo sucesso com a experiência do trabalho coletivo, vieram realizar palestras no assentamento Primeiro de Junho, abordando as vantagens e desvantagens da coletivização com o objetivo de ajudar no processo de decisões. De acordo com depoimentos, a principal vantagem era a socialização e as desvantagens seriam os bens que se tornariam indivisíveis.

A decisão deveria ser tomada para que os lotes fossem divididos de acordo com a topografia do terreno, entre o grupo que optaria pela terra individual e o grupo que ficaria com uma única terra e, conseqüentemente, trabalhando coletivamente. Assim, diante a decisão de cada família, a terra foi dividida em dois terrenos, onde uma parte ficou para as 39 famílias que optaram em produzir coletivamente e a outra parte da terra foi subdividida para 42 famílias que escolheram a produção individual.

O fato importante que chama mais atenção é que as famílias apresentam um mesmo contexto histórico, ou seja, vêm de uma mesma trajetória de luta e ocupação de terras desde 1988, até a tomada de decisão em dividir a terra e conseqüentemente em grupos no ano de 1996. Mesmo que esta trajetória tenha favorecido o surgimento e amadurecimento de laços de confiança e reciprocidade entre os indivíduos, tornando-as habilitadas para a cooperação em benefício coletivo, estas famílias optaram por formas diferenciadas na escolha de produzir, passando a ter que existir dois grupos que se diferenciam na forma de organização do trabalho.

Ao entrevistar os responsáveis das famílias, procurando entender o motivo das suas opções, percebeu-se que cada grupo tinha idealizações opostas quanto ao uso da terra, podendo ser uma justificativa desse novo cenário. O grupo individual idealiza o trabalho autônomo do uso da terra. Preferem administrar a terra sozinhos, sem interferência. Não queriam ter que dividi-la, pois seria como tirar o sonho de conquistar o direito a um pedaço de terra, uma vez que vieram de uma trajetória de luta de posse da terra. Já o grupo coletivo idealiza a cooperação para igualdade de todos, acreditando na divisão social do

trabalho. A terra é vista como um bem comum. Esse fato é bastante curioso, uma vez que essas famílias vêm sendo por alguns anos, lideradas e “educadas” por um mesmo movimento (MST).

De acordo com os dados coletados sobre as justificativas de escolhas do grupo individual, mais da metade (58,82%) dos entrevistados, não concorda com a forma de organização do trabalho coletivo, ou seja, como no grupo coletivo as pessoas recebem por horas trabalhadas, “*enquanto uns trabalham muito, outros não*”, “*não carrega ninguém nas costas*”. Por descontar as horas não trabalhadas, “*o trabalho se torna escravo*”, “*não tem tempo para trabalhar fora*”. A forma de organização é “*muito burocrática*”, “*existe hierarquia*”, “*tem alguns que dominam o restante*”, “*difícil de encaixar no sistema*”. Os restantes (41,18%) preferem administrar sozinhos, “*dominar o que é meu*”. Quem trabalha no grupo coletivo não tem autonomia, “*eu quero ser responsável pela família e produção*”, “*não preciso dever horas de serviço*”.

Ao contrário do que pensam as famílias do grupo individual, todos os entrevistados que pertencem ao grupo coletivo preferem dividir as tarefas, sendo que 42,11% dos entrevistados preferem dividir as tarefas, por acreditarem na cooperação para igualdade de todos. “*O coletivo segura a igualdade*”. Acreditam na divisão social do trabalho. “*Acredito no socialismo, mesmo direito e deveres*”. Para os 57,89% dos entrevistados, a divisão de tarefas facilita a tomada de decisão. “*Não preciso tomar decisão sozinho*”. “*É difícil trabalhar cada coisa sozinho*”.

4.2. Características das famílias assentadas

O assentamento Primeiro de Junho possui escola, posto de saúde, telefone público, armazém e igreja, todos situados na agrovila (nome dado pelos assentados). Existe, ainda, a sede do assentamento, a qual foi estabelecida na antiga casa da fazenda. A sede está situada no centro da agrovila, a qual se localiza a 2 km da cidade de Tumiritinga, onde fica o mercado mais próximo, o que facilita a vida dos assentados.

Na agrovila, moram tanto famílias do grupo coletivo quanto aquelas que optaram por produzir individualmente. Contudo, a maioria das famílias que reside na agrovila faz parte da produção coletiva. Isso porque existem famílias da produção individual que optaram por morar mais perto de suas terras, para facilitar o trabalho. Como as terras das famílias de produção individual se encontram um pouco próximas uma das outras, as casas foram construídas numa mesma região. Essa área se deu o nome de Limerão e fica localizada a cerca de 6 km da sede do assentamento.

As casas situadas na agrovila são bem próximas uma das outras e as casas das famílias que produzem individualmente e que optaram em morar mais próximas de suas terras já se encontram um pouco mais distantes uma das outras. Todas as casas visitadas são de alvenaria e têm acesso à energia elétrica e água canalizada. O acesso à cidade de Tumiritinga e, conseqüentemente, ao assentamento, normalmente é feito por Governador Valadares. Existem várias opções: ferrovia, rodovia, em que grande parte é de terra batida sem pavimentação e através de uma balsa que transporta veículos e pessoas.

Os dados apresentados na Tabela 2 descrevem algumas características dos moradores do assentamento. De acordo com esses dados, percebe-se que, de modo geral, os responsáveis das famílias são pessoas relativamente novas e com um número elevado de filhos. Além disso, nota-se que os responsáveis pelas famílias do grupo individual são, em média, mais velhos do que os do grupo coletivo e com número mais elevado de filhos.

Tabela 2: Média – Idade e escolaridade dos responsáveis, números de filhos

Especificação	Unidade	Coletivo	Individual	Média
Idade dos responsáveis	Ano	41,30	49,21	45,15
Escolaridade dos responsáveis	Ano	2,55	3,00	2,77
Números de Filhos	Ud	5,00	5,74	5,36

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de os responsáveis pelas famílias residentes no assentamento possuírem baixa escolaridade, a média daqueles que fazem parte do grupo de produção individual é um pouco maior que a do grupo coletivo.

Em relação à escolaridade dos filhos a situação se inverte. Conforme dados da Tabela 3, embora as famílias do grupo coletivo possuam menor número de filhos, existem, em média, mais filhos estudando nesse grupo de produtores. Pode-se dizer que dos cinco filhos em cada família do grupo coletivo, 2,5 estão estudando, o que representa 50% do total. Já nas famílias que produzem individualmente, apenas 32% dos filhos estudam (1,83 filhos de um total de 5,74). Uma possível explicação à menor taxa de frequência à escola dos filhos das famílias de produção individual é a maior participação destes em trabalhos, seja na própria produção ou fora dela. Em média, 49,5% dos filhos desse grupo trabalham em alguma atividade, sendo 27,2% na própria propriedade e 22,3% fora. Já no grupo de produção coletiva, apenas 29% dos filhos trabalham, sendo a maioria na própria produção (21%).

Tabela 3: Média - Atividades dos filhos

Especificação	Coletivo		Individual		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalha na produção	1,05	21,0	1,56	27,2	1,29	24,1
Trabalha fora	0,35	7,0	1,28	22,3	0,79	14,7
Estuda	2,50	50,0	1,83	31,9	2,18	40,7
Outros*	1,10	22,0	1,07	18,6	1,10	20,5
Total	5,00	100	5,74	100	5,36	100

Fonte: Dados da pesquisa.

* Não estuda e nem trabalha.

Sistema de produção do grupo individual

As famílias do grupo individual produzem vários produtos, tais como milho, feijão, mandioca, arroz e cana. A produção é voltada basicamente para autoconsumo da família. Do total de entrevistados neste grupo, apenas 21,05% disseram que de vez em quando produzem alguma quantidade para comercializar. De acordo com depoimentos dos produtores, *“tem época que dá para vender alguma coisa, como, por exemplo, o arroz, que esse ano contribuiu bem na renda”*.

Contudo, segundo alguns entrevistados, o comércio das cidades mais próximas ao assentamento, incluindo Tumiritinga, já está saturado, dificultando a venda de seus produtos. Além disso, eles não têm condições e nem autonomia para expandir para cidades maiores, como é o caso de Governador Valadares.

Ao perguntar as famílias se elas possuem alguma dificuldade no trabalho pelo fato de produzirem sozinhas, 73,68% disseram que sim. As dificuldades maiores se encontram na produção e no transporte, pois não possuem trator para auxiliar nas etapas da produção e caminhão para transportar os produtos, uma vez que a terra que fica distante de suas casas. Com isso, essas famílias precisam pagar pelo aluguel de um trator e pelo transporte dos produtos. Como o grupo coletivo tem trator e caminhão, eles alugam tais serviços daquele grupo.

Segundo os entrevistados, uma vez que trabalham sozinhos, muitas vezes precisam de ajuda, principalmente nas épocas de plantio e de colheita. Alguns produtores individuais afirmaram que durante esses períodos ocorre uma ajuda recíproca entre os parentes ou mais conhecidos. Contudo, às vezes é preciso contratar mão-de-obra de terceiros. Entre os entrevistados deste grupo, 55,56% disseram que normalmente necessitam contratar mão-de-obra de terceiros.

Apesar das dificuldades, 83,33% das famílias que pertencem a esse grupo disseram que a renda aumentou desde o tempo em que estão assentados.

Sistema de produção do grupo coletivo

O sistema de produção do grupo que trabalha coletivamente funciona por setores. Cada setor tem um coordenador o qual, além de trabalhar, fiscaliza o trabalho dos outros naquele setor. Essa fiscalização é fundamental para determinar o número de horas trabalhadas por cada indivíduo, servindo de base para calcular a remuneração mensal.

Existem quatro setores que se diferenciam quanto ao tipo de produto:

- Setor de aves, responsável pela produção de aves de corte e ovos. Parte dos produtos desse setor é direcionada ao consumo interno; porém, a maior parte é voltada para a comercialização.
- Setor de lavouras e apicultura. Entre as lavouras, existem culturas anuais (arroz, feijão, milho, etc.) e permanentes (cana-de-açúcar, mandioca, etc.). As culturas são basicamente para a subsistência das famílias, comercializando apenas o excedente. Já a produção de cana-de-açúcar é direcionada quase que totalmente para a destilação de cachaça, principal produto comercializado no assentamento.
- Setor de horticultura, voltado totalmente para subsistência. Há grande diversidade na produção de verduras e legumes, visando melhorar a alimentação das famílias do grupo coletivo.
- Setor de criação de gado de leite e animais de serviço. O leite produzido serve tanto para o consumo interno quanto para o comércio.

Para facilitar o acesso ao mercado e a financiamentos, o grupo criou uma firma, registrada como Cooperativa de Produção Agropecuária Novo Horizonte – COPERNOVA. Ressalta-se que, apesar do nome, a administração funciona diferente de uma cooperativa tradicional, ou seja, o grupo estabeleceu normas de funcionamento consentidas entre as famílias, com características e objetivos diferentes à uma cooperativa tradicional.

Atualmente o grupo contrata mão-de-obra de um vaqueiro para ordenhar o leite, justificando a falta de habilidade dos trabalhadores para tal tarefa e também devido à inadimplência em relação ao horário da realização da ordenha.

De acordo com dados levantados, o fato de pertencer à produção coletiva facilitou o trabalho de 100% das pessoas entrevistadas, sendo que 85% disseram que a renda aumentou após entrar para o grupo coletivo.

4.3. Caracterização dos grupos referentes aos indicadores do capital social comunitário

Para mensurar o capital social, foram considerados cinco indicadores:

- Participação em associações: foram consideradas variáveis relacionadas à participação do assentado ou algum outro membro da família em Associações de Produtores, Sindicato de Trabalhadores, movimentos políticos e Associação de Pais e Professores.
- Percepções subjetivas de confiança: para quantificar esse indicador, foi utilizada uma variável relacionada ao grau de confiança entre o produtor entrevistado e outros assentados.
- Presença de redes de conexões e solidariedade, utilizando-se uma variável para captar a frequência em que os assentados se ajudam entre si em casos de emergência e outra relacionada ao empréstimo de dinheiro.
- Inclusão social: para mensurar esse indicador, foram utilizadas variáveis relacionadas à frequência em que os entrevistados conversam com seus vizinhos e desenvolvem atividades recreativas.
- Ação voluntária, medida por uma variável que mede a frequência em que o entrevistado ou outro membro de sua família participa de tais atividades.

A escolha desses indicadores deve-se ao fato de o capital social estar relacionado a aspectos da organização social, tais como grupos, redes, normas e confiança, que facilitam a constituição e a cooperação para benefício mútuo. A

mensuração de tais indicadores foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores do Banco Mundial¹³.

Participação em associações

Com relação à participação social em associações, foi perguntado ao entrevistado sobre a sua participação ou a de outra pessoa da sua família em associações formalmente organizadas ou apenas grupos de pessoas que se reúnem para praticar alguma atividade.

De acordo com Tabela 4, no que diz respeito à participação em associações de produtores, a maioria dos assentados disse que participam desse tipo de organização. Destaca-se a participação de todos os que fazem parte do grupo coletivo.

Embora a maioria dos produtores individuais (89,5%) tenha afirmado que participa da associação de produtores, segundo alguns depoimentos tal entidade, conhecida como Associação dos Produtores Individuais da Fazenda Califórnia – APIFC, não está funcionando. Esse fato é preocupante, uma vez que o papel das associações é de facilitar ações futuras em busca de objetivos comuns, proporcionando melhorias de vida para essas famílias. Sua inexistência deixa as famílias da produção individual sem representação legal em diversas ocasiões.

Tabela 4: Participação percentual dos assentados em associações

Especificação	Coletivo	Individual	Média
Associação de produtores	100,00	89,47	94,44
Sindicato dos trabalhadores	94,74	94,74	94,74
Movimento político	75,00	55,56	65,79
Associações de pais e professores	44,44	29,41	37,14

Fonte: Dados da pesquisa.

¹³ O trabalho original do Banco Mundial sugere adaptações às condições locais e características próprias de cada estudo, as quais foram realizadas visando atribuir especificações de assentamento rural.

Segundo os entrevistados, ao contrário da associação que representa os produtores individuais, na associação do grupo coletivo – Cooperativa de Produção Agropecuária Novo Horizonte (COPERNOVA) – ocorrem reuniões quase que semanalmente para tratar de assuntos da produção coletiva.

A participação dos assentados no sindicato dos trabalhadores também foi significativa, onde cerca de 95% dos assentados são filiados. De acordo com os entrevistados, os líderes são escolhidos por decisão de todos, através de votação, tanto os líderes da Associação de Produtores quanto do sindicato.

Quanto à participação em movimentos políticos, percebe-se que a participação dos produtores do grupo coletivo é maior, 75% contra 55,5% dos produtores individuais. Uma possível explicação está nas diferenças de interesses entre os dois grupos, uma vez o indivíduo que trabalha isoladamente tem menor interesse em assuntos que envolvem discussões políticas em conjunto.

Em relação à associação de pais e professores do assentamento, a participação também foi maior para as famílias que trabalham coletivamente. Conforme os dados da Tabela 4, 44,4% dos membros do grupo coletivo participam das reuniões envolvendo pais e professores, enquanto apenas 29,4% dos pais do grupo individual participam deste tipo de evento. Esse fato pode ser justificado pelo maior número de filhos das famílias do grupo coletivo que estudam (média de 2,5 por família), em relação às famílias que trabalham de forma individual (média de 1,8 filhos por família).

Embora tenha se observado participação elevada nas associações de produtores, o grau de participação dos assentados em relação às decisões que ocorrem durante as assembléias das associações não foi proporcional, conforme pode ser visualizado na Tabela 5. Em média, 31,73% dos entrevistados participam pouco ou não participa das decisões das associações.

Tabela 5: Grau de participação nas decisões em associação de produtores. Dados em porcentagem

Especificação	Coletivo	Individual	Média
Ativo	70,00	66,67	68,18
Mais ou menos	10,00	33,33	22,73
Não participa	20,00	0,00	9,09
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

As justificativas dos entrevistados de cada grupo por não participarem das decisões foram opostas. Os entrevistados do grupo coletivo que não participam das tomadas de decisões disseram que o motivo seria a confiança depositada nos representantes do seu grupo.

Já aquelas pessoas que optaram em produzir individualmente e participam da associação dos produtores individuais, porém não estão optando nas decisões, justificaram que estão desiludidos com as propostas e resoluções, uma vez que a associação está se tornando um “*fantasma*”, ou seja, não está funcionando como deveria.

Essa divergência nas opiniões fornece indícios de maior confiança entre os membros do grupo coletivo, relativamente aos da produção individual. Essa questão será discutida a seguir.

Confiança

A confiança é um fator fundamental que deveria estar sempre presente nas relações entre os indivíduos, seja nas relações sociais que permitem a um indivíduo obter informações de seu interesse por um baixo custo, seja por troca de favores, obediência às normas ou adequação a uma relação de autoridade. Em outras palavras, fazer um favor confiando que o outro retribuirá quando tiver oportunidade; ao se submeter às normas confiando que o outro também irá se

submeter, caso contrário será punido; trabalhar para alguém confiando que receberá o pagamento ajustado ou, de forma inversa, contratar alguém confiando que executará o trabalho proposto.

Um exemplo de indicador de confiança citado pelos entrevistados trata-se da confiança em deixar os filhos pequenos dormindo sozinhos em casa, por saber que se pode contar com o vizinho para tomar conta, caso eles acordem. Esse tipo de favor é generalizado, ou seja, ocorre tanto entre as famílias de um mesmo grupo quanto entre famílias de grupos diferentes.

Os dados apresentados na Tabela 6 permitem analisar a confiança que os assentados têm uns nos outros. De modo geral, há elevado grau de confiança, uma vez que apenas 21,6% dos entrevistados afirmaram não confiar em outros membros do assentamento.

Tabela 6: Opinião dos assentados em poder confiar na maioria das pessoas que moram no assentamento. Dados em porcentagem

Especificação	Coletivo	Individual	Média
Sim	31,58	22,22	27,03
Às vezes	47,37	55,56	51,35
Não	21,05	22,22	21,62
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Por outro lado, a frequência de pessoas que afirmaram que confiam plenamente nos outros também não é grande, sendo maior no grupo coletivo (31,6%) do que no individual (22,2%). Esses dados não surpreendem, uma vez que esse indicador trata de percepções subjetivas. A pessoa confia em um amigo, por exemplo, para falar de um assunto de interesse pessoal, no entanto, não tem confiança nesse mesmo amigo para emprestar dinheiro.

De acordo com os dados, percebe-se que a frequência maior das respostas foi “às vezes confio”, tanto para grupo coletivo quanto para as famílias da

produção individual. Naturalmente, há tendência das pessoas em responder tal alternativa quando se encontram numa situação inesperada, em se tratando de uma questão tão pessoal. Contudo, é elevada a frequência de respostas não negativas (sim e às vezes), sendo maior no grupo coletivo.

Redes e solidariedade

Um dado que explica a existência de redes entre os assentados que depende da solidariedade e da confiança que o outro retribuirá quando tiver oportunidade, refere-se à disposição em ajudar o próximo. Os dados apresentados na Tabela 7 demonstram a opinião dos assentados no que se refere à disposição das pessoas em ajudá-los em casos de emergência.

Tabela 7: Opinião dos assentados em poder contar com as pessoas em caso de emergência. Dados em porcentagens

Especificação	Coletivo	Individual	Média
Sim	55,56	42,86	50,00
Às vezes	27,77	50,00	37,50
Não	16,67	7,14	12,50
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar é elevada a presença de pessoas, tanto no grupo coletivo quanto no individual, dispostas a ajudar os outros em casos de emergência. Apenas 12,5% dos entrevistados disseram não poder contar com a ajuda de outros.

Outra variável relacionada à existência de redes de solidariedade e de confiança é a possibilidade de obter empréstimos de dinheiro de outras pessoas próximas em momentos de necessidade. Quando questionados a esse respeito, 91,4% dos entrevistados afirmaram que podem contar com o auxílio dos companheiros para resolverem problemas de falta de dinheiro.

Contudo, de acordo com os depoimentos de um dos coordenadores de setor do grupo coletivo, quando se trata das relações de produção, as redes de cooperação entre os grupos ocorrem com menor frequência, pois existe um orgulho tanto do grupo individual como do coletivo em pedir favores de participantes de outro grupo. O orgulho que existe entre os grupos em trocar favores nas relações que dizem respeito ao trabalho produtivo influencia na obtenção de bens por um baixo custo, seja ele material ou não.

No que se refere às redes que se estabelecem nos movimentos sociais em busca de uma ação política¹⁴ com o governo pode-se considerar a frequência com que as pessoas se reúnem pedindo algo em benefício da comunidade ao governo ou a políticos e a participação cívica nos negócios públicos. Segundo os entrevistados, desde a oficialização do assentamento, os assentados se reúnem fazendo petições ao governo, tais como rede de distribuição de água, construção da nova escola, posto de saúde, telefone público, etc. Recentemente foi solicitada a pavimentação da rua principal da agrovila e postes de iluminação, mas o pedido ainda não foi atendido.

Em termos quantitativos, quando perguntados sobre a forma como são realizadas as solicitações ao poder público, todos os entrevistados afirmaram que ocorrem reuniões prévias. Essa frequência confirma a importância das redes na busca de benefícios comuns.

Quanto à capacidade dos assentados na participação cívica nos negócios públicos, pode-se dizer que os movimentos ocorreram pela própria necessidade de sobrevivência na época de acampamento, os quais, através do MST, já buscavam por recursos externos. Essa capacidade pode ser vista como um traço cultural construído na época do acampamento, uma vez que as famílias pertencentes ao assentamento Primeiro de Junho permaneceram juntas no período de acampamento desde 1988.

Outro importante indicador de civismo que foi observado no assentamento é a participação nas eleições envolvendo cargos políticos. A participação política

¹⁴ Segundo PUTNAM (1996), a ação política constitui-se como um importante indicador para mensurar o capital social em uma comunidade.

dos assentados nas eleições municipais sinalizou o interesse por questões do âmbito público. A constatação desse fato foi percebida em função do clima de eleição que permeava no momento da coleta dos dados.

A época em que foram realizadas as entrevistas coincidiu com o final da campanha política para as eleições municipais em 2004. Nesse momento, a expectativa dos assentados era grande, pois havia três candidatos ligados ao assentamento concorrendo ao cargo de vereador, sendo que um deles era um assentado que faz parte do grupo coletivo. O combinado entre os participantes do grupo coletivo era de que todos deveriam votar nele e, caso fosse eleito, o seu salário de vereador pertenceria ao grupo. Em troca, o candidato eleito receberia do grupo as horas não trabalhadas por ele na produção, uma vez que dedicaria essas horas ao cargo administrativo de vereador, buscando por recursos para melhoria do grupo.

Esse trato ocorrido no grupo coletivo demonstra que na comunidade cívica os cidadãos buscam o que Tocqueville, citado em PUTNAM (1996, p.102), chama de *“interesse próprio corretamente entendido, isto é, o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é esclarecido e não míope, o interesse próprio que é sensível aos interesses dos grupos”*. O episódio demonstra a eficácia do coletivo na determinação de eleger um representante na busca de vantagens que serão partilhadas a todos do grupo.

No que se refere às redes que permitem práticas colaborativas entre a sociedade e o Estado, as quais WOOLCOCK (1998) chama de capital social institucional¹⁵, foram utilizados dados obtidos por meio de depoimentos dos diretores das duas associações de produtores do assentamento e também por meio de perguntas feitas aos assentados.

¹⁵ Um dos objetivos deste trabalho foi quantificar e qualificar as variáveis explicativas do capital social comunitário de acordo com WOOLCOCK (1998) ou estado de saúde cívico, termo utilizado por PUTNAM (1996), caracterizando os grupos que se diferenciam quanto à forma de organização da produção no assentamento Primeiro de Junho. Porém, para tentar complementar o estudo utilizando a análise de Woolcock, buscou-se por dados a respeito do capital social institucional e extra-comunitário. Vale ressaltar que se constitui de uma análise superficial, ou seja, levantando dados referentes à existência de relações com instituições externas, como órgãos governamentais e econômicos, mas sem verificar a eficiência dessa relação para o fortalecimento do capital social no assentamento. Contudo, espera-se que possa contribuir para um enriquecimento do trabalho.

De acordo com os dados coletados, 64% das famílias possuem financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Segundo o diretor da associação dos produtores individuais, no que se refere aos recursos econômicos o PRONAF é o único órgão do governo que os produtores se relacionam no momento. Porém, a associação dos produtores individuais está à espera de recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, especificamente para o projeto Banco de Semente. Contudo, no que se refere aos recursos sociais, eles participam de projetos oferecidos por pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

Segundo o diretor da associação do grupo coletivo, este possui financiamento com o PRONAF, Banco do Brasil, além de órgãos governamentais que realizam projetos na área social, como a UFV e instituições sociais como Cáritas e Irmãos Maristas.

As redes que se estabelecem com instituições sociais e econômicas, as quais constituem o capital social extra-comunitário, estão mais presentes no grupo coletivo. Isso ocorre uma vez que se estabelecem trocas com o mercado, além de se relacionarem socialmente e economicamente com mais instituições. Como as famílias do grupo de produção individual produzem apenas para subsistência, não existe relação com o mercado. Por não se organizarem em grupo, pode ser que estão tendo dificuldades em manterem relações com redes que proporcionam práticas colaborativas, as quais possibilitam informações externas, além de fortalecer o capital social.

Este tipo capital social possibilita estabelecer relações extra-comunitárias de laços fracos. Dessa forma, segundo CASTILHOS¹⁶ (2002, p.119),

“O capital social extra-comunitário é fundamental para as populações economicamente marginalizadas, pois é o tipo de capital social que mais demandam e, talvez o que menos possuem. Ele é o que possibilita o acesso por parte destas populações marginalizadas às informações externas e ao estabelecimento das

¹⁶ Em seu trabalho, Castilhos investigou o papel das políticas públicas para a formação do capital social, especificamente da Linha Infra-Estrutura e serviços do PRONAF. Em seu estudo, ele se dedicou em analisar o capital social institucional e o extra-comunitário.

relações sociais de mercado, ambiente dos quais, geralmente, estas populações se encontram excluídas”.

Concordando com as lições tiradas por DURSTON (1999) ao estudar o capital social na província de Chiquimula na Guatemala é fundamental conectar o capital social comunitário existente nas comunidades mais carentes com o capital social extra-comunitário – que são os laços fracos entre agentes de grupos sociais distintos o capital social institucional – que são as ligações verticais entre pessoas carentes e instituições formais. Lembrando que estes dois últimos tipos de capital social são geralmente escassos.

Inclusão e sociabilidade

Em relação ao acesso a serviços sociais, o assentamento Primeiro de Junho possui escola para crianças a partir de seis anos e também para adultos, posto de saúde e um telefone público. Todas as famílias assentadas, sem restrição, têm acesso aos serviços sociais do assentamento.

Porém, quando se trata de serviços relativos à produção econômica, o sentimento de comunhão não é homogêneo. O grupo coletivo possui um trator e um caminhão que auxiliam no trabalho da produção. O que por si só é um indicador da maior presença de capital social neste grupo, uma vez que, existe um esforço coletivo, atribuído pela confiança entre eles, que permitiu a compra das máquinas. Essas foram compradas pelo grupo e, portanto, pertencem apenas às famílias deste grupo. Caso alguma família do grupo individual necessite de algum serviço, ela precisa pagar uma taxa referente ao aluguel do trator ou do caminhão.

Esse comportamento ficou demonstrado quando se perguntou às famílias do grupo individual se existia algum serviço do qual elas não tinham acesso no assentamento. A maioria relatou que precisava alugar caminhão e trator, pois estes eram de uso exclusivo do grupo coletivo. Entre os entrevistados da produção individual, apenas 16,7% não alugam serviços do grupo coletivo, sendo que, entre estes, alguns alugam de outros ou não contratam esse tipo de serviço.

Esse fato fornece indícios de que quando existe mais de um grupo de famílias em uma mesma comunidade com determinados objetivos, principalmente os de ordem econômica, o sentimento de comunhão entre os grupos não ocorre na mesma intensidade que o capital social formado dentro de cada grupo. Nesse caso, o capital social pode ter efeito negativo quando estimula um comportamento egoísta em função da união forte e coesa do grupo, podendo levar à competição entre eles.

Para quantificar a sociabilidade, podem-se considerar como variáveis representativas, a frequência de encontros com amigos em espaços públicos, visitas à casa de vizinhos ou amigos e a participação em atividades recreativas comuns. Assim, uma das manifestações positivas de capital social numa comunidade é a ocorrência de freqüentes interações sociais cotidianas.

Conforme os dados da Tabela 8, tanto as famílias do grupo coletivo como as do trabalho individual possuem ótima sociabilidade com seus vizinhos. Aproximadamente 90% dos entrevistados afirmaram conversar sempre com os vizinhos, enquanto 10% conversam esporadicamente. Na agrovila existe uma mercearia, que funciona também como um local interativo, onde as pessoas se reúnem para conversar nos finais de semana.

Tabela 8: Existência de sociabilidade dos assentados com seus vizinhos. Dados em porcentagem

Especificação	Coletivo	Individual	Média
Sim	90,00	89,47	89,74
Às vezes	10,00	10,53	10,26
Não	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

As atividades comunitárias acontecem em festas comemorativas (como a data de aniversário do assentamento), em participações em cultos religiosos na

igreja da agrovila e na prática de esportes. No assentamento existe um campo de futebol, onde se pôde perceber a presença de várias pessoas praticando o esporte e outras tantas assistindo.

Os dados apresentados na Tabela 9 permitem verificar a freqüência com que as pessoas se reúnem para praticar alguma atividade em espaço público. Nota-se que nenhum entrevistado afirmou não participar de tais atividades, não havendo diferença entre os dois grupos.

Tabela 9: Freqüência com que às pessoas se reúnem para praticar alguma atividade em espaço público. Dados em porcentagens

Especificação	Coletivo	Individual	Média
Sempre se reúne	52,63	52,63	52,63
Às vezes	47,37	47,37	47,37
Nunca se reúne	00,00	00,00	00,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Ação voluntária

No presente trabalho foi considerado como ação voluntária a realização de mutirões em prol da comunidade. No assentamento Primeiro de Junho é freqüente a realização de mutirões desde o início do assentamento, necessários para a construção das casas.

Algumas instituições pertencentes ao assentamento, como a nova escola também foram construídas por meio de mutirões. No período das entrevistas, por exemplo, foi constatado um mutirão na construção da nova igreja. De acordo com entrevistados, após as festas comemorativas, as famílias se organizam em mutirões para a limpeza.

Existe, também, um trabalho voluntário de acompanhamento das crianças nas casas. Essa atividade ocorre uma vez em cada mês com objetivo de

acompanhar o crescimento das crianças, orientando as mães sobre alimentação correta, condições de higiene etc.

Os dados da Tabela 10 evidenciam a expressiva participação dos assentados em mutirões comunitários, sendo que a participação de pessoas do grupo coletivo foi maior (84,2%) em relação à participação do grupo individual (76,5%).

Tabela 10: Participação percentual dos assentados em mutirões

Especificação	Coletivo	Individual	Média
Sim	84,21	76,47	80,56
Não	15,79	23,53	19,44
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4. Participação dos indicadores na composição do índice de capital social

Selecionadas e quantificadas as variáveis representativas de cada indicador de capital social, o próximo passo consistiu em calcular o índice que mede o capital social no assentamento. Esse índice, que varia de zero a um, permite identificar a participação relativa de cada variável em sua composição final.

Para construir o índice é necessário estabelecer um valor para cada resposta atribuída pelo entrevistado às perguntas. Em outras palavras, em uma pergunta qualquer o entrevistado pode responder “sim”, “às vezes” e “não”. Com isso, é preciso estabelecer qual o valor de cada alternativa para construir o índice. Optou-se por utilizar a seguinte classificação das respostas: zero para “não”; um para “às vezes”; e dois para “sim”.

Apesar de subjetiva, essa classificação segue a lógica de atribuir valores maiores para respostas positivas e nenhum valor para respostas negativas. Por exemplo, quando questionados sobre a participação em trabalhos voluntários, ao entrevistado que respondeu que sempre participa foi atribuído o valor “dois”. Por

outro lado, àquele que respondeu que não participa foi atribuído o valor “zero”. Respostas intermediárias do tipo “às vezes participo” tiveram valor “um”.

O índice de capital social (ICS) para todo o assentamento, isto é, envolvendo tanto os produtores do grupo coletivo quanto os da produção individual, está descrito na Tabela 11.

Tabela 11: Índice de capital social do assentamento Primeiro de Junho

Indicador	Valor	%
1. Participação em associações		
- Associações de Produtores	0,0872	12,32
- Sindicato de Trabalhadores	0,0923	13,04
- Movimento Político	0,0667	9,42
- Associação de Pais e Professores	0,0333	4,71
2. Confiança		
- Confiança entre as pessoas	0,0500	7,07
3. Redes e solidariedade		
- Ajuda em caso de emergência	0,0705	9,96
- Empréstimo de dinheiro	0,0679	9,60
4. Inclusão e sociabilidade		
- Conversa com vizinhos	0,0949	13,41
- Atividades Recreativas	0,0615	8,70
5. Ação voluntária		
- Trabalho voluntário	0,0833	11,78
TOTAL	0,7077	100,00

Fonte: Dados de pesquisa.

O ICS do assentamento Primeiro de Junho foi de 0,7077. Pode-se dizer, então, que o nível de capital social naquele assentamento é elevado. Isso porque o ICS somente seria igual a um caso todos os entrevistados respondessem “sim”

a todas as perguntas. Conforme discutido anteriormente, existe a tendência de o entrevistado responder “às vezes” para perguntas pessoais. Com isso, apesar de não responder negativamente, esse tipo de resposta intermediária reduz o valor final do ICS.

Observando-se a participação individual de cada variável no ICS, percebe-se que as maiores freqüências de respostas positivas ocorreram nas variáveis “conversa com vizinhos” e “participação em sindicato de trabalhadores”, cujas contribuições foram de 13,41% e 13,04%, respectivamente. A elevada contribuição dessas variáveis no ICS deve-se ao fato da própria trajetória dos assentados. O longo processo de convívio entre eles antes de serem assentados estabeleceu laços de amizade, os quais são refletidos em conversas freqüentes com os amigos (vizinhos). Além disso, a conquista conjunta da terra despertou a necessidade de união, refletida na elevada participação em sindicatos e similares.

Por outro lado, a variável “participação em associação de pais e professores” foi a que menos contribuiu para a construção do ICS, com participação de apenas 4,71% do total. Esse fato é justificável, uma vez que nem toda família possui filho em idade escolar ou, embora tenha filhos nessa idade, estes não estão estudando.

Para captar as diferenças no capital social entre os grupos de produtores do assentamento, calculou-se o ICS individualmente para cada grupo, conforme os dados da Tabela 12.

De acordo com esses dados, o nível de capital social no grupo coletivo (0,73) é maior do que na produção individual (0,6842). Além disso, o peso das variáveis na composição do ICS também é diferente. No ICS do grupo coletivo, a variável que teve maior participação foi “conversa com vizinhos”, com peso de 13,01%, seguida pela variável “participação em sindicato de trabalhadores”, com 12,33%. Já na produção individual, as variáveis “participação em sindicato de trabalhadores” e “conversa com vizinhos” exerceram maior influência, ambas com 13,85% do ICS final.

Tabela 12: Índice de capital social para os grupos de produtores do assentamento Primeiro de Junho

Indicador	Coletivo		Individual	
	Valor	%	Valor	%
1. Participação em associações				
- Associações de Produtores	0,0850	11,64	0,0895	13,08
- Sindicato de Trabalhadores	0,0900	12,33	0,0947	13,85
- Movimento Político	0,0800	10,96	0,0526	7,69
- Associação de Pais e Professores	0,0400	5,58	0,0263	3,85
2. Confiança				
- Confiança entre as pessoas	0,0525	7,19	0,0474	6,92
3. Redes e solidariedade				
- Ajuda em caso de emergência	0,0700	9,59	0,0711	10,38
- Empréstimo de dinheiro	0,0650	8,90	0,0711	10,38
4. Inclusão e sociabilidade				
- Conversa com vizinhos	0,0950	13,01	0,0947	13,85
- Atividades Recreativas	0,065	8,90	0,0579	8,46
5. Ação voluntária				
- Trabalho voluntário	0,0875	11,99	0,0789	11,54
TOTAL	0,7300	100,0	0,6842	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Nos dois grupos de produção analisados, a variável que teve menor peso na formação do ICS foi “participação em associação de pais e professores”, com 5,58% e 3,85%, respectivamente no grupo coletivo e no individual. Conforme já salientado, a pequena participação dessa variável ocorre pela não totalidade de famílias com filhos estudando. Contudo, percebe-se ainda que o peso dessa variável foi maior no índice do coletivo, em função da maior participação dos filhos na escola (50%) contra 31,9% do individual.

De modo geral, apesar das diferenças quantitativas entre o valor das variáveis, a ordem das participações de cada variável no ICS não difere significativamente entre os grupos. Para melhor visualizar as participações das variáveis, os dados apresentados na Tabela 13 estão dispostos em ordem decrescente de participação no ICS de cada grupo.

Tabela 13: Participação das variáveis na formação do índice de capital social. Dados em ordem decrescente de acordo com a participação da variável

Coletivo		Individual	
Variável	%	Variável	%
Conversa com vizinhos	13,01	Sindicato de Trabalhadores	13,84
Sindicato de Trabalhadores	12,33	Conversa com vizinhos	13,84
Trabalho voluntário	11,99	Associações de Produtores	13,08
Associações de Produtores	11,64	Trabalho voluntário	11,53
Movimento Político	10,96	Empréstimo de dinheiro	10,39
Ajuda em caso de emergência	9,59	Ajuda em caso de emergência	10,39
Empréstimo de dinheiro	8,90	Atividades Recreativas	8,46
Atividades Recreativas	8,90	Movimento Político	7,69
Confiança entre as pessoas	7,19	Confiança entre as pessoas	6,93
Assoc. de Pais e Professores	5,48	Assoc. de Pais e Professores	3,84
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar, no ICS do grupo coletivo existem três variáveis do indicador “participação em associações” entre as cinco maiores participações na composição do índice final. Esta é a maior diferença para o ICS das famílias de produção individual. Essa diferença existe devido à elevada participação dos membros do grupo coletivo em movimentos políticos, o que não ocorre com os da produção individual. Essa elevada participação em movimentos políticos, conforme já discutido, fortaleceu a idéia de coletivo entre os membros do grupo, culminando com a candidatura a vereador de um de seus participantes.

Outra diferença ocorre na participação da variável “empréstimo de dinheiro”, a qual ocupa a quinta colocação no ICS das famílias de produção individual e apenas a sétima no ICS do grupo coletivo. Justifica-se a menor participação desta variável no grupo coletivo por haver certa homogeneidade econômica entre os membros deste grupo. Em outras palavras, considerando-se a mesma carga horária de trabalho, todos recebem a mesma remuneração e têm os mesmos benefícios de consumir parte da produção. Já entre as famílias da produção individual isso não ocorre, existindo maior discrepância entre seus membros. Essa diferença econômica torna a prática de emprestar dinheiro mais comum.

Para consolidar o raciocínio sobre as diferenças de capital social entre os grupos, os dados apresentados na Tabela 14 representam a diferença dos valores atribuídos a cada variável do grupo coletivo e do individual. Os dados estão dispostos em ordem decrescente. Por exemplo, o valor da variável “participação em movimento político” no ICS do grupo coletivo foi de 0,0800, enquanto seu valor no ICS da produção individual foi de 0,0526. A diferença entre esses dois valores é de 52,09%. Caso a diferença seja negativa, significa dizer que o valor da variável no ICS da produção individual foi maior que no ICS coletivo.

A diferença entre o ICS do grupo coletivo e o da produção individual foi significativa, da ordem de 6,7%. A maior diferença entre as variáveis ocorreu na “participação de movimento político” e a menor na “conversa com vizinhos”, de 52,09% e 0,32%, respectivamente. Novamente destaca-se o maior interesse em assuntos políticos dos membros do grupo coletivo.

Tabela 14: Diferença percentual entre os valores das variáveis do grupo coletivo e da produção individual

Variável	Diferença (%)
Movimento Político	52,09
Associação de Pais e Professores	52,09
Atividades Recreativas	12,26
Trabalho voluntário	10,90
Confiança entre as pessoas	10,76
Conversa com vizinhos	0,32
Ajuda em caso de emergência	-1,55
Sindicato de Trabalhadores	-4,96
Associações de Produtores	-5,03
Empréstimo de dinheiro	-8,58
TOTAL	6,69

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme esperado, proporcionalmente a variável “empréstimo de dinheiro” foi a que obteve maior diferença negativa, isto é, maior sua participação no ICS individual, relativamente ao ICS coletivo.

4.5. Problemas de ação coletiva detectados no assentamento rural e percepções dos assentados quanto as atitudes coletivas

Para falar dos problemas de ação coletiva foram utilizados os conceitos de OLSON (1999) como referencial teórico. O autor se preocupa em saber quando é que as pessoas com objetivos comuns irão se organizar para alcançar tais objetivos. Lembrando que os interesses que o autor se refere são de ordem pública ou comum, ou seja, são bens indivisíveis e que favorecem a todos, mesmo para aquelas pessoas que não se empenharam para obtenção dos bens.

Em situações de dilemas sociais que ocasionam problemas de ação coletiva, os indivíduos agem racionalmente em não contribuir na provisão dos bens, uma vez que não poderão ser excluídos de seu consumo. Não existe, portanto, razão para adotar um comportamento cooperativo.

Esse tipo de problema de ação coletiva é freqüente em casos envolvendo recursos comuns, ou seja, um problema típico enfrentado em comunidades distintas. Nesse sentido, não se pode esperar que as instituições, embora eficientes e com elevado estoque de capital social, eliminem completamente o comportamento oportunista para solucionar o problema da ação coletiva.

De acordo com o levantamento realizado no assentamento Primeiro de Junho, verificou-se que os elevados indicadores de capital social não foram suficientes para resolver problemas de ação coletiva. Um problema de ação coletiva de caráter público percebido no assentamento refere-se ao abastecimento e uso da água. Ao investigar sobre as percepções dos assentados sobre o comportamento das pessoas caso houvesse algum problema no abastecimento da água, constatou-se que os entrevistados, em sua maioria, achavam que poucas famílias economizariam água, conforme os dados da Tabela abaixo.

Tabela 15: Percepções dos assentados sobre o comportamento das pessoas na possibilidade de problemas de abastecimento de água

Especificação	Coletivo	Individual	Média
A maioria economizaria água	35,00	50,00	42,11
Poucos economizariam água	65,00	50,00	57,89
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com esse dados, verifica-se que, embora com estoque de capital social elevado, cerca de 58% dos entrevistados afirmaram que poucos economizariam água. Ainda mais surpreendente é a maior freqüência de pessoas do grupo coletivo que acha que as outras não economizariam água (65%). Em

outras palavras, apesar de maior índice de capital social, as famílias do grupo coletivo têm maior desconfiança na solução de problemas de ação coletiva do que as da produção individual.

Segundo relatos dos entrevistados, a percepção negativa quanto ao racionamento de água procede de um problema ocorrido no passado. De acordo com os depoimentos, no início do assentamento havia apenas um cano de água que abastecia todas as casas. Algumas famílias que moravam mais próximas à fonte não limitavam o consumo, ocasionando a falta de água para as famílias que moravam mais distante.

A explicação para o comportamento dessas famílias era que, caso as demais respeitassem o consumo da água, o fato de só ela não economizar não faria diferença na quantidade da água. Além disso, dificilmente alguém perceberia o seu comportamento oportunista. Esse procedimento perdurou até a instalação do saneamento de água nas casas, realizado pela COPASA, a qual passou a cobrar pelo serviço. Somente após essa intervenção foi possível solucionar o problema da água. Assim, foi preciso adotar um incentivo negativo (a cobrança pelo consumo da água) para solucionar o comportamento oportunista das pessoas.

Para testar a existência de problemas de ação coletiva independentemente da presença de capital social, utilizou-se a técnica quantitativa conhecida como análise discriminante. Tal técnica permite identificar se os indicadores que compõem o índice de capital social discriminam os indivíduos como participantes de grupos que normalmente resolvem problemas de ação coletiva.

A variável dependente utilizada foi o comportamento das pessoas frente ao problema de abastecimento de água, descrita na Tabela 15. Foram construídos dois grupos: no primeiro grupo estavam os entrevistados que achavam que a maioria das pessoas economizaria água; e, no segundo grupo, estão aqueles que acreditam que poucos ou ninguém economizaria água perante um problema de abastecimento.

Para discriminar os grupos, as variáveis explicativas utilizadas foram aquelas que fizeram parte do cálculo do ICS, exceto as relacionadas à participações em associações.

Após aplicar o modelo, as variáveis são testadas individualmente para verificar sua capacidade de discriminar os grupos. Para isso, utiliza-se o teste de Wilks' Lambda, que varia de 0 a 1. Quanto menor o valor do teste de Wilks' Lambda, maior é a probabilidade de que a análise discriminante seja estatisticamente significativa. Os resultados do modelo encontram-se na Tabela 16.

Tabela 16: Resultado do modelo de análise discriminante para o problema de abastecimento de água

Indicador	Teste de Wilks' Lambda
Trabalho voluntário	1,000
Conversa com vizinhos	0,915
Empréstimo de dinheiro	0,965
Ajuda em emergência	0,983
Confiança entre as pessoas	0,996
Atividades recreativas	0,992

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o modelo utilizado, todas as variáveis possuem valor do teste de Wilks' Lambda superior a 0,9, ou seja, superior ao limite máximo de significância estatística de 0,1. Isso significa que nenhuma variável tem capacidade de discriminar os grupos de pessoas. Esses resultados comprovam a hipótese de que os elevados índices de capital social não são suficientes para resolver problemas de ação coletiva.

Durante as entrevistas, foram detectados, no grupo coletivo, mais dois problemas que envolvem ação coletiva, em diferentes situações.

A primeira situação detectada refere-se à menor produtividade de alguns assentados, relativamente a outros. Esse problema decorre do fato de que os

trabalhadores recebem (alimentos ou dinheiro) por horas trabalhadas. A fiscalização ocorre somente no critério tempo trabalhado, mas não no volume produzido por cada trabalhador. Isso significa que uma pessoa que trabalhou o mesmo tempo que outra, porém produziu o dobro, receberá a mesma quantidade.

De acordo com os coordenadores, a inexistência da remuneração pela produtividade decorre de uma possível consciência coletiva, em que todos são os donos da produção. O fato é que, de acordo com alguns depoimentos, existem pessoas que vão ao local de trabalho apenas cumprir seu horário, produzindo muito aquém do necessário.

Esse fato se deve à transformação da terra em um bem comum para os trabalhadores do grupo coletivo. Embora eles não produzam como deveriam, não contribuindo para a provisão dos bens, o fato de cumprirem o horário de trabalho não os impede de usufruir dos benefícios. Enfim, sabendo que não poderão ser excluídos dos bens obtidos pela produção, é interessante para alguns sócios não cooperar (produzir) na mesma medida que seus colegas. Isso se deve ao comportamento oportunístico desses trabalhadores, atuando assim como “caronas” (*free riders*).

Segundo OLSON (1999), nessas situações cada indivíduo adota uma postura de caroneiro, esperando a contribuição alheia para a provisão de um bem que beneficie todo um grupo, inclusive ele. O resultado fatalmente será uma queda na produção, relativamente ao potencial que ocorreria com todos trabalhando com produtividade máxima. Tal redução na produção pode não ocorrer num primeiro momento. Porém, na medida em que outras pessoas passam a perceber a diferença na capacidade produtiva dos assentados, a tendência é de que também adotem a postura de caroneiro.

A segunda situação detectada no grupo coletivo que também ocasionou um problema de ação coletiva, refere-se à falta de interesse dos trabalhadores em algumas atividades. Isso ocorre devido ao grau diferenciado de esforço requerido em cada atividade produtiva. É consenso que a atividade que mais exige esforço é a leiteira, pois é preciso trabalhar todos os dias do ano, além de “plantões” esporádicos para cuidar dos animais (parto de bezerros, animais doentes, etc.).

Uma vez que a remuneração por hora trabalhada é a mesma, independente da atividade, as pessoas tendem a trabalhar em áreas em que possuem mais habilidades. Com isso, dificilmente alguém estará disposto a trabalhar na atividade leiteira, recebendo a mesma quantidade dos demais. Uma vez que não se recebe mais por trabalhar neste setor e, como os bens produzidos são comuns a todos, é mais interessante para as pessoas, do ponto de vista racional, optarem por trabalhar num setor mais conveniente.

Diante desse fato, o grupo coletivo necessitou empregar mão-de-obra de terceiros (vaqueiro) para trabalhar no setor da ordenha. Ao perguntar os assentados sobre o motivo que os levou à contratação do vaqueiro, alguns justificaram a falta de habilidade nesse tipo de trabalho. Porém, também salientaram a necessidade de acordar de madrugada todos os dias para iniciar o serviço.

Esses resultados evidenciam as dificuldades que os grupos enfrentam na provisão de bens coletivos, devido à escolha racional de cada membro do grupo. Assim, não existindo nenhum incentivo positivo (remuneração extra) para mobilizar o trabalhador a optar por essa área, está sendo mais cômodo contratar um vaqueiro para realizar a tarefa. Porém, não se pode esquecer que essa atitude está contribuindo para aumentar o custo da produção coletiva.

V. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo central ampliar o conhecimento da relação existente entre capital social, instituições, custo de transação e problemas de ação coletiva. Para testar as pressuposições desses conceitos, utilizou-se como campo de estudo o assentamento Primeiro de Junho. O principal resultado revelou que a existência de capital social é importante para a eficiência de instituições e na minimização dos custos de transação das soluções alcançadas, mas problemas de ações coletivas que envolvem recursos comuns ocorrem independentes da presença de capital social.

Ao analisar os indicadores do capital social no assentamento Primeiro de Junho, constatou-se que o grupo coletivo possui um nível ligeiramente maior de capital social em relação ao grupo individual. Contudo, embora exista diferença no nível de capital social entre os grupos, ela não foi tão expressiva assim, pois já existia um capital social, o qual foi denominado de capital social de formação, que foi construído ao longo da trajetória de ocupação das famílias assentadas, uma vez que, vieram unidas, sobrevivendo a cada ocupação desde 1988. Além disso, o fato de continuar existindo após o acampamento, um grupo que trabalha coletivamente, já permite perceber que logo no início do assentamento já havia um grau de capital social, mas talvez não suficiente para que todas as famílias continuassem trabalhando de forma coletiva na produção.

O grau de capital social está diretamente relacionado com a capacidade de estabelecer relações de cooperação. O capital social aumenta na medida em que as soluções cooperadas são concretizadas, existindo uma relação recíproca de dependência entre cooperação e capital social. Por outro lado, a não participação conjunta no trabalho produtivo das famílias que pertencem ao grupo individual, ou seja, a opção por trabalhar sozinho pode ter restringido o nível de capital social nesse grupo.

Foi possível detectar os efeitos positivos do capital social na diminuição dos custos de transação do grupo coletivo como: (1) facilidade na busca de informações externas, como por exemplo, sobre o mercado, uma vez que possui uma relação de laços fracos com o comércio e outras instituições externas (dando origem ao capital social extra-comunitário); (2) realização de contratos entre bens e serviços que tornam as transações menos custosas, como por exemplo, a compra de equipamentos financiados pelo Banco do Brasil (a possibilidade de conseguir financiamentos para aquisição de bens é maior para petições coletivas) e demais relações com os compradores da produção coletiva, facilitando a venda (devido à maior produtividade), garantindo assim que o cumprimento dos termos contratuais ocorra de maneira satisfatória para as partes envolvidas; (3) menor custo no planejamento, desde a produção (diversificada) à comercialização e; (4) uma vez que o grupo coletivo possui equipamentos agrícolas (como o trator e caminhão) que auxiliam a produção, não necessitam de contratar esse tipo de serviço, evitando transacionar com agentes. Com isso o custo de transação no planejamento é ainda menor.

Para organizar o trabalho coletivo, que é realizado por setores na produção, com divisão de tarefas, os sócios desse grupo estabeleceram regras, como por exemplo, o contrato que deve ser cumprido para os que desejarem sair do grupo coletivo; as normas de pagamento pelo trabalho; a forma de organizar os setores na produção, entre outros. Enfim, existe uma série de regras estabelecidas em assembléias, com o objetivo de garantir a organização do trabalho coletivo, de maneira que se constitua uma relação de reciprocidade entre

os trabalhadores, restringindo o comportamento individual em favor da cooperação.

À medida que se mantêm as ações coordenadas gerando um bem comum e mantendo a qualidade e a persistência do trabalho em conjunto, aumenta o estoque de capital social. A presença desse capital social promove maior eficiência nas instituições formadas para reduzir os custos de transação, em condições de racionalidade limitada favorecendo as conquistas coletivas e reprimindo o comportamento oportunista.

Foi importante para os sócios do grupo coletivo criar um ambiente institucional com intuito de constituir padrões de comportamento que tornaram menos custosas as transações que desejam realizar. Porém, esse ambiente institucional não está sendo suficiente quando se trata de resolver problemas de ações coletivas que envolvem recursos comuns, uma vez que neste caso, os indivíduos agem racionalmente em não contribuir na provisão dos bens, pois sabem que não poderão ser excluídos de seu consumo, não existindo, portanto, razão para adotar um comportamento cooperativo.

Como a terra e os bens produzidos tornaram-se um bem comum aos trabalhadores do grupo coletivo, passaram a existir problemas relacionados ao uso desses bens, devido à não cooperação dos trabalhadores no que se refere à falta de interesse em produzir relativamente às horas trabalhadas e a falta de iniciativa em trabalhar na ordenha do leite. Este último levou à contratação de um vaqueiro, aumentando assim o custo de produção deste setor.

Estes dois problemas detectados no grupo coletivo, se não solucionados, poderão formar um ciclo vicioso, levando à conseqüências sérias como menor produtividade, diminuindo assim a renda dessas famílias, podendo levar à necessidade de tomar uma medida mais séria, como por exemplo à divisão da terra coletiva em lotes individuais, o que acabará com o sistema da produção coletiva.

O outro problema de ação coletiva detectado no assentamento Primeiro de Junho de caráter público refere-se ao problema de abastecimento da água. Neste caso, como nos os anteriores, não se pode esperar que as instituições mais

eficientes, provenientes de um bom estoque de capital social, eliminem completamente o comportamento oportunista para solucionar o problema da ação coletiva.

Pode-se caracterizar o capital social como um bem público, não sendo, portanto, de propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Assim como o capital social possui característica de bem comum, quando se trata de resolver problemas de ação coletiva para obtenção de bens públicos ou comuns, é preciso recorrer a outras medidas (incentivos seletivos) para solucionar esses problemas.

A contribuição deste trabalho, conforme pretendido, é compreender o papel do capital social em um ambiente institucional que envolve problemas de ação coletiva e transações entre os agentes, os quais se manifestam nas relações econômicas e sociais. Espera-se que as constatações das pressuposições analisadas sirvam de subsídios em situações de interesses sociais e atitudes referentes a ações públicas, e que reforcem a realização de projetos com objetivos de promover trabalhos coletivos para as comunidades carentes, pois além de promover o capital social, devido a relação recíproca de dependência entre cooperar e estimular o capital social, contribui também na diminuição dos custos de transação e na ascensão do desenvolvimento econômico.

Contudo, é preciso apresentar as limitações desta pesquisa, a qual certamente estará sujeita a crítica. O levantamento tanto quantitativo como qualitativo dos dados não foi uma tarefa fácil de ser realizada, devido o caráter subjetivo da maioria dos indicadores que representam o capital social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica In: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo – **Razões e ficções do desenvolvimento** – UNESP/EDUSP – 2001.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. v. 4, n. 2, 2000. 20p. GIPAF – Grupo de Interesse em Pesquisa para Agricultura Familiar. (<http://gipaf.cnptia.embrapa.br>, capturado em 20/03/2003).

ARRAES, R. A.; BARRETO, R. C. S. **Implicações do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico**. In: VII Encontro Regional de Economia, 2002, Fortaleza.

BERGAMASCO, P. P. M. S. & FERRANTE B. S. L. V. Assentamentos rurais: caminhos e desafios de pesquisa. IN ROMEIRO (ORG.) **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda o Relatório da FAO em Debate**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 181-191.

BEZE, JR. Z. Assentamentos rurais e aproveitamento do espaço agrário. IN ROMEIRO (ORG.) **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda o Relatório da FAO em Debate**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 154-179.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Capital Social, Governança e Desenvolvimento da Agricultura: Um Ensaio Analítico**. (<http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/bialoskorski.pdf>, capturado em 20/04/2003).

BITTENCOURT, G. A.; CASTILHOS, D. S. B; SILVA, Hur-Ben C. e BIANCHINI, Valter e sob a coordenação de GUANZIROLLI, Carlos (1999) – *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil* – Projeto de Cooperação INCRA/FAO – Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária.

BUENO, N. P. **Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional.** Revista da ANPEC, v.5, n.2, 2004.

CANUTO, O. **Capital Social é Apontado como elemento Chave no Desenvolvimento Econômico.** (<http://sites.uol.com.br/ocanuto/artigos/oesp20000307.pdf>, capturado em 20/04/2002).

CARVALHO, M. H. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária do Brasil.** Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária, Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento, Instituto Interamericano de Cooperação. Fevereiro, 1999. 81p.

CASTILHOS, D. S. B. **Capital social e políticas públicas: um estudo da Linha Infra- Estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Porto Alegre. 2002. 172p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COELHO, F.M.G., BOTELHO, M.I.V. Individuais, coletivos e semi-coletivos: autonomia e individual e referência coletiva. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 2000, **Anais...** Rio de Janeiro.

COLEMAN, J.S. **Foundations of social theory.** Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1990.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

DANTAS, G., H. **Perspectivas de organização da produção familiar.** (www.nead.org.br/download.php?form=doc&id=228, capturado em 06/01/2004).

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitário. **Revista de La Cepal**, v.69, 1999. p.103-118.

FISHER, R. A. The use of multiple measurements in taxonomic problems. *Annals of Eugenics* 7, 1936. p.179–188.

FRANCO, A. **Capital Social e Desenvolvimento: O Desenvolvimento Local e o Mito do Papel Determinante da Economia.** (<http://www.rededlis.org.br>, capturado em 03/04/2002)

GARCIA JÚNIOR, R. **O capital social como fonte de desenvolvimento sustentável.** (<http://www.insightnet.com.br/brasilempre/m16htm>, capturado em 05/11/2004)

GOHN, G. M. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GROOTAERT, C., NARAYAN, D., JONES, V. N., WOOLCOCK, M. 2003. **Integrated questionnaire for the measurement of social capital (SC-IQ).** Washington D. C.: World Bank.

HUBERTY, C.J. **Applied Discriminant Analysis,** Nova Iorque: Wiley-Interscience, 1994. 496 p.

LIMA, C. J. **A teoria do capital social na análise de políticas públicas.**(<http://www.geocities.com/ptreview/17-lima.html>, capturado em 09/04/2002).

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Porto Alegre: Bookman, 2001. 719 p.

MANLY, B.F.J. **Multivariate statistical methods: a primer.** 2^a ed. Londres: Chapman & Hall, 1994. 215 p.

MATOS, A. G. **Capital social e autonomia.** (<http://www.nead.org.br>, capturado em 05/04/2002).

MAYORGA, F. D. O. KHAN, A. S., MAYORGA, R. D., LIMA, P. V. S. **Capital social, capital físico e a vulnerabilidade do sertanejo: o caso das**

comunidades de Lustal e Sítio Lagoa no Município de Tauá, Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 42, n. 1, p. 111-132, 2004.

MENDES, F. F., BUENO, N. P. **Recursos comuns, governança de projetos de irrigação e a nova economia institucional**. In: II Congresso Brasileiro da Nova Economia Institucional. 2001, **Anais...** Campinas.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS - MST. **Associativismo e desenvolvimento rural**. (www.mst.org.br/setores/concrab/concrab16.html, capturado em 06/08/2004).

NASCIMENTO, do Humberto Miranda. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente**. Campinas - SP, 2000. 114p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

NORTH. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and Theory of Groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1965. Republicado em 1999. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Editora da USP.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

PAULILO S. I. M. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. IN ROMEIRO (ORG.) **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda o Relatório da FAO em Debate**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 192-201.

PONDÉ, J. L. S. **Concorrência e mudança institucional em um enfoque evolucionista**. In: Encontro Nacional de Economia, 24. Anais. Brasília: ANPEC, 1996. 536-555p.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. 257p.

ROS, C. J. C. **Capital social e luta simbólica - o caso da RED PUNA: uma experiência territorial de articulação social na província de Jujuy, Argentina.** Porto Alegre. 2003. 263p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

SOUZA FILHO, J.R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação.** (<http://nutep.adm.ufrs.br/pesquisas/desenvolvreg.html>, capturado em 26/03/2002).

TSUKAMOTO, R. Y., ASARI A. Y., LIMA, de R. M. **O assentamento rural: da conquista da terra à inserção na comunidade local.** (www.cibergeo.org/agnacional/VIBG-2004/Eixo, capturado em 06/08/2004).

WILLIANSO, O. **Mercados y Jerarquías: su análisis y sus implicaciones antitrust.** México, D. F. Fondo de Cultura Económica. 1991.318p.

WILLIANSO, O. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting.** New York. Free Press. 1985.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v. 27, n.2, 1998. p. 151-208.

ZAMBERLAM, J. Produção e comercialização nos assentamentos rurais: questões para debate. IN ROMEIRO (ORG.) **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda o Relatório da FAO em Debate.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 123-135.

APÊNDICE

Questões para Entrevista no Assentamento Primeiro de Julho

Características da família e sua trajetória

- 1) Qual sua idade? _____ anos
- 2) Até que série o(a) Sr(a) estudou? _____
- 3) Quantos filhos o(a) Sr(a) tem? _____
_____ Trabalham na produção agrícola, _____ trabalham fora e _____ estudam.
- 4) Como passou a fazer parte do assentamento?
 - 1 () Participou do acampamento deste assentamento
 - 2 () Veio de outro acampamento
 - 3 () Não participou de nenhum acampamento
- 5) Se acampou neste assentamento, quem participou do acampamento?
 - 1 () Toda a família
 - 2 () Apenas os pais
 - 3 () Apenas o responsável
- 6) Durante quanto tempo moraram no acampamento? _____ anos
- 7) No acampamento a família desenvolvia atividades coletivas? 1 () Sim 2 () Não
- 8) Antes de ser assentado o(a) Sr(a) era:
 - 1 () trabalhador rural
 - 2 () meeiro
 - 3 () empregador
 - 4 () empregado da indústria ou do comércio
 - 5 () outros
- 9) Há quanto tempo estão assentados? _____ anos

Grupos e Redes

10) Questões sobre os grupos ou associações que o(a) Sr(a), ou qualquer outra pessoa da sua família pertencem. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente para praticar alguma atividade.

Especificação	Coletivo	Individual	Média
Associação de produtores			
Sindicato dos trabalhadores			
Movimento político			
Associações de pais e professores			

*1. Ativo; 2. mais ou menos ativo; 3. não participa das decisões.

**1. Decisão de todos; 2. decisão de alguns; 3. líder escolhe.

Confiança e Solidariedade

11) Com que frequência o(a) Sr(a) diria que as pessoas neste assentamento ajudam umas às outras?

1 () Sempre ajudam 2 () Raramente ajudam 3 () Nunca ajudam

12) Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações?

1. Sim 2. Às vezes 3. Não

1 () Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram neste assentamento.

2 () Em caso de necessidade, as pessoas emprestam dinheiro umas para as outras.

3 () As pessoas neste assentamento estão dispostas a ajudar caso você precise.

13) Quantas pessoas o Sr(a) acha que ajudariam? _____ pessoas

Ação Coletiva e Cooperação

14) O (a) Sr(a) costuma participar de algum trabalho voluntário no assentamento?

1 () Sim 2 () Não

15) Se houvesse um problema de abastecimento de água na comunidade, o que o(a) Sr(a) acha que as pessoas fariam?

1 () A maioria economizaria água

2 () Poucos economizariam água

3 () Ninguém economizaria água

Coesão e Inclusão Social

16) O (a) Sr(a) costuma conversar com seus vizinhos?

1 () Sempre 2 () Às vezes 3 () Nunca

17) O (a) Sr(a) ou alguém de sua família se reúne com as pessoas para praticar alguma atividade em espaços públicos (como por ex. esportes ou outras atividades recreativas)?

1 () Sempre 2 () Às vezes 3 () Nunca se reúne

Sistema de Produção e Renda

18) O(a) Sr(a) possui algum tipo de financiamento agrícola?

1 () sim 2 () não

19) O Sr(a) possui algum tipo de assistência técnica?

1 () sim 2 () não

20) O que o Senhor produz? _____

21) O(a) Sr(a) faz parte da produção coletiva do assentamento?
1 () sim 2 () não

SE FAZ PARTE DA PRODUÇÃO COLETIVA

22) Há quanto tempo o Senhor faz parte da produção coletiva? _____ anos

23) Por que entrou para a produção coletiva? _____

24) O fato de pertencer à produção coletiva facilitou seu trabalho?

1 () sim 2 () não

Por que ? _____

25) Poderia dizer dois pontos positivos e dois negativos da produção coletiva?

Positivos:

Negativos:

26) Depois que o Senhor passou a fazer parte do trabalho coletivo, o que aconteceu com sua renda?

() Aumentou () Manteve a mesma () Diminuiu

27) Qual a renda mensal da família? _____ salários-mínimos ou em dinheiro
_____ R\$

SE NÃO FAZ PARTE

28) Porque não se associou? _____

29) Existe alguma dificuldade pelo fato de produzir sozinho?

1 () sim 2 () não

30) Se sim, qual a maior dificuldade em seu trabalho?

1 () na produção

3 () no armazenamento

2 () na comercialização

4 () outros _____

